

FACULDADE UNIDA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ISAAC PINTO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: A RELAÇÃO ENTRE O
ENSINO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA E
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E APRENDIZAGEM DOS VALORES
HUMANOS**

VITÓRIA-ES

2015

ISAAC PINTO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: A RELAÇÃO ENTRE O
ENSINO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA E
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E APRENDIZAGEM DOS VALORES
HUMANOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Teologia da Faculdade Unida de Vitória como requisito básico para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Cavalcante.

VITÓRIA-ES

2015

Silva, Isaac Pinto da

Um estudo sobre o ensino religioso / A relação entre o ensino religioso e a educação no Município de Serra e processo de construção e aprendizagem dos valores humanos / Isaac Pinto da Silva. - Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

xv, 89 f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo de Paula Cavalcante

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

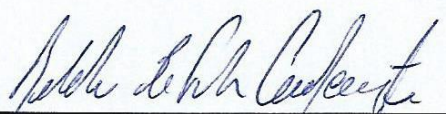
Referências bibliográficas: f. 85-89

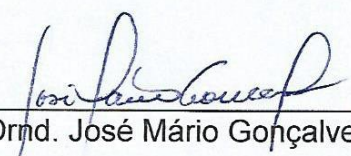
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Educação. 4. Religiosidade. 5. Formação de professores. 6. Ensino religioso e educação. 7. Aprendizagem. 8. Valores humanos. - Tese. I. Isaac Pinto da Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

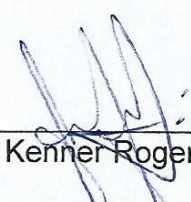
ISAAC PINTO DA SILVA

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO
RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA E O PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO E APRENDIZAGEM DOS VALORES HUMANOS

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.


Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA (presidente)


Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA


Drnd. Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

À minha mãe, Maria do Carmo Reis da Silva, exemplo de mulher, fiel orientadora e amiga em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica, meus alunos e amigos que me apoiaram.

A minha família, que sempre me incentivou nessa caminhada e acreditando em mim, me deram apoio e forças para superar a distância e vencermos mais este desafio.

À Faculdade Fabra IES na pessoa da professora Patrícia Gonçalves de Oliveira, e Paulo Sergio Tavares, Coordenador dos cursos de Pós-graduação e a professora Alpha Fausta Nascimento Rosa que além do apoio moral e psicológico foram de grande ajuda na parte financeira para a realização e concretização de mais este sonho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ronaldo Cavalcante e a toda equipe de mestres e doutores da Faculdade Unida por estarem ao meu lado todos os momentos de dúvidas, por dividir comigo seus conhecimentos.

Aos meus fiéis e verdadeiros amigos por tudo: incentivo, dedicação, apoio e estímulo.

“É necessário alargar o espaço da tenda e alongar as cordas, mas igualmente reforçar as estacas.”

(Livro de Isaías 54, 2).

RESUMO

A religiosidade é uma dimensão constitutiva da realidade humana e o Ensino Religioso escolar tem como proposta a educação desta dimensão da vida humana com o objetivo de proporcionar uma formação integral da pessoa. Sua função específica exercitar o educando para que se dê conta da dimensão transcendente da sua vida e levá-lo a viver na intensidade de si mesmo, traduzindo a sua religiosidade em atitudes práticas, em harmonia com sua percepção do mundo, das relações sociais, da ética, moral e justiça. O referencial teórico desenvolve esta abordagem no sentido de contemplar os objetivos definidos buscando resposta para o problema formulado, descrevendo a proposta pedagógica para o Ensino Religioso e sua contribuição para a formação do aluno enquanto cidadão, analisando o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; apresentando as principais características do fenômeno religioso, destacando seus elementos básicos a partir de experiências religiosas percebidas no contexto do educando; identificar a concepção e percepção dos professores de uma escola da rede pública estadual localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória em relação ao Ensino Religioso e sua importância para a formação básica, a partir de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, com aplicação do método possibilitaram obter as informações necessárias em relação a contribuição do Ensino Religioso na formação básica do indivíduo na aprendizagem de valores. Pode-se concluir que o Ensino Religioso escolar pode propiciar aos educandos uma compreensão melhor do cotidiano escolar, da vida, do mundo e suas relações, sendo, portanto, importante na formação básica do cidadão.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Educação. Religiosidade. Formação.

ABSTRACT

Religiosity is a constitutive dimension of human reality and the religious education aims at teaching this dimension of human life in order to provide a person's comprehensive educational development. Its specific function is to stimulate students so that he or she can realize the transcendental dimension of his or her life and it makes him or her live on his or her own intensity, translating its religiosity in real attitudes, in line with his or her world perception, social relations, ethics, moral and justice views. Theoretical background develops this approach so as to contemplate the objectives searching answers for the stated problem, describing the pedagogical proposal to the Religious Education and its contribution to student's education as citizen, analyzing the role of religious traditions in the structuring and maintenance of different cultures and sociocultural manifestations; presenting the main characteristics of religious phenomena, emphasizing its basic elements from the religious experiences realized in the context of the student; identifying the teacher's conception and perception of a public school of Grande Vitória regarding Religious Education and its importance to the person's basic education through a case study. The bibliographical research and the utilization of the method allowed us to obtain essential information related to the contribution of Religious Education in the person's basic education regarding learning values. It is possible to conclude that Religious Education can provide students a better understanding of school life, world and in its relations, therefore, it is essential in the basic education of the citizenship.

Keywords: Religious Education. Education. Religiosity. Background.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução das religiões no período de 1872-2010.....	25
Figura 2	Ensino Religioso Fenômeno Religioso.....	37
Figura 3	Sujeito, Objeto, Objetivo do Ensino Religioso.....	38
Figura 4	Média de alunos por sala de aula em Serra-ES.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Os objetivos sociais do Ensino Religioso são educar para a vida, construir a cidadania, reafirmar princípios éticos, morais e de justiça?.....	73
Gráfico 2	O Ensino Religioso é importante para a educação?.....	74
Gráfico 3	O Ensino Religioso ocorre de acordo com a proposta da LDB, ou seja, de forma interconfessional, sem proselitismo?.....	75
Gráfico 4	O professor de Ensino Religioso deve ter formação específica para ministrar os conteúdos em sala de aula, é possível ser imparcial como sugere a proposta?.....	76
Gráfico 5	Os principais procedimentos pedagógicos para o Ensino Religioso são os livros didáticos, textos, jornais, revistas, diálogo, filmes, etc. Esses procedimentos são isentos da influencia de qualquer doutrina religiosa?.....	77
Gráfico 6	O Ensino Religioso contribui para a valorização do ser humano. É possível desenvolver valores humanos, morais e éticos sem se pautar em uma religião?.....	78
Gráfico 7	Ensino Religioso é fundamental na formação básica do aluno?.....	79
Gráfico 8	O Ensino Religioso, enquanto recurso pedagógico pode promover mudanças de caráter e despertar sentimentos de fraternidade, colaboração, solidariedade, entre outros?.....	80
Gráfico 9	Para que os objetivos do Ensino Religioso sejam aplicados de modo eficiente na formação básica do aluno é preciso fortalecer a relação escola e família. Acredita que a família, em sua opção religiosa, pode ser um desafio a mais nesse processo de formação?.....	81
Gráfico 10	A proposta de Ensino Religioso na sala de aula não é direcionada a nenhuma denominação religiosa. Pode ser classificada uma proposta sem tendência religiosa?.....	82

LISTA DE SIGLAS

AEC/BRASIL	Associação de Escolas Católicas do Brasil
ANEL	Associação Nacional de Escolas Luteranas (ANEL).
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CELADEC	Conselho Evangélico Latino-Americano de Educação Cristã
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Métodos de ensino religioso segundo Stigar.....	31
Tabela 2	Primeira fase - Primeira fase 1500-1889: Regime jurídico de União Estado/Religião (Igreja Católica).....	41
Tabela 3	Segunda fase: 1890-1930: Regime jurídico de Plena Separação Estado/Religiões	42
Tabela 4	IDEB observado e projeções para Serra-ES.....	68
Tabela 5	Religião a que pertencem?.....	69
Tabela 6	O que você prefere aprender na aula de Ensino Religioso?.....	69
Tabela 7	O seu professor de Ensino Religioso?.....	70
Tabela 8	O Ensino Religioso na escola pode tornar você um ser humano melhor?.....	70
Tabela 9	Sabe o que é sagrado?.....	71
Tabela 10	Em sua casa, seus pais conversam sobre o Ensino Religioso na escola?.....	71
Tabela 11	Seu professor de Ensino Religioso contribui com sua educação e formação?.....	72
Tabela 12	Para dar aulas de Ensino Religioso, seu professor usa?.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 DISCUSSÃO COM A LITERATURA OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO ENSINO RELIGIOSO.....	20
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO QUE É EDUCAÇÃO	20
1.1.1 Evolução histórica da educação.....	20
1.2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA RELIGIÃO	22
1.2.1 Conceito e origem do termo religião.....	22
1.2.2 Diversidade religiosa	24
2 ENSINO RELIGIOSO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM E VALORES HUMANOS	29
2.1 MODELOS DE ENSINO RELIGIOSO PARA AS ESCOLAS.....	30
2.2 CURRÍCULO ESCOLAR: A BASE DA PROPOSTA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DO ALUNO	32
2.3 FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO	35
2.3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso	36
2.4 ASPECTOS GERAIS DO ENSINO RELIGIOSO E OS DISPOSITIVOS LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LDB	39
2.5 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS EM QUATRO FASES ATÉ O ACORDO BRASIL-VATICANO.....	40
2.5.1 Acordo Brasil-Vaticano para o ensino religioso	43
2.5.2 A questão da formação do professor para a prática docente em Ensino Religioso.....	45
2.5.2.1 Formação docente em Ensino Religioso	48
2.6 O ENSINO E FENÔMENO RELIGIOSO: A RELAÇÃO COM O SABER PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO E APRENDIZAGEM DE VALORES	50
2.6.1 Formação do aluno: construindo a moral, adquirindo valores a partir do desenvolvimento humano e da pratica do ensino religioso	52

2.6.2 Direitos humanos e cidadania	56
2.6.3 Educação em direitos humanos	59
2.7 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO RELIGIOSO PARA A APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO DE VALORES	60
3 ESTUDO DE CASO	63
3.1 METODOLOGIA.....	63
3.1.1 Delineamento do Estudo	63
3.1.2 Sujeito, Amostra e Universo	63
3.1.3 Coleta de Dados.....	64
3.1.4 Tratamento dos Dados.....	64
3.2 O MUNICÍPIO DE SERRA E AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	65
3.2.1 Ensino Fundamental.....	66
3.2.2 Diagnóstico do Ensino Fundamental em Serra	67
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	68
3.3.1 Junto aos alunos	68
3.3.2 Junto aos professores	73
4 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS	90
ANEXO 2– QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES	91

INTRODUÇÃO

Educação e religião são dois elementos essenciais na vida do ser humano e cada um possui objetivos específicos que podem ou não se complementarem no processo de formação do homem. Existe uma relação intrínseca entre religião e educação tanto que em seus estudos Oliveira destacou que o Conselho Nacional de Educação via a Resolução 02/98 estabeleceu o Ensino Religioso como disciplina “[...] integrada na área do conhecimento, define os norteadores e estruturas de leitura e interpretação da realidade para garantir a participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos”¹.

O Ensino Religioso para as crianças pode constituir uma oportunidade na formação da consciência crítica no contexto social e contribuir com a formação de valores que lhes darão capacidade e suporte para enfrentar os desafios trazidos pela pós-modernidade, a criança passa por inúmeras experiências religiosas que interferem em sua formação e na aprendizagem de valores².

Nessa perspectiva o campo de delimitação ficou assim definido: Um estudo sobre o ensino religioso: a relação entre o ensino religioso e a educação no município de Serra e processo de construção e aprendizagem dos valores humanos

Quando se associa a religião como método educativo, três são predominantes em seu ensino e cada um se manifesta dentro de denominações religiosas específicas, com propostas que abordam pontos baseados nas perspectivas da cosmovisão, contexto político, fonte, método, afinidade, objetivo, responsabilidade e riscos. Esses métodos ou modelos de ensino religioso servem como base para o repasse da doutrina religiosa: o Catequético, Teológico e Ciências da Religião³.

No ambiente escolar é possível identificar diferentes denominações religiosas, da flexível à mais rigorosa em relação a sua doutrina e ideais de fé. Por ser o

¹ CASSEB, S.A. Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. 2009, p. 297. Disponível em < <http://www.wftl.org/pdf/038.pdf>>. Acesso em mar. 2014.

² Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, 2006.

³ PASSOS, J. D. **Como a religião se organiza**: tipos e processos. São Paulo: Paulinas, 2006. Cap. III.

ambiente que possibilita a aquisição do conhecimento em suas variadas vertentes, a escola constitui o meio capaz de organizar, conduzir as diferenças religiosas no cenário educativo influenciando no processo de formação do aluno, a construção da aprendizagem de valores humanos, levando em conta que esses valores devem ser introduzidos na sala de aula em todos os momentos e levados para dentro das casas e fazendo a diferença na vida dos alunos⁴.

Associar educação e religião para construir os valores humanos e sua aprendizagem constitui um tema relevante para a pesquisa científica e uma inovação no âmbito da escola pública municipal de Serra, Espírito Santo que poderá acrescentar valor e contribuir com o Projeto Valores Humanos na Escola que em 2010 foi desenvolvido em algumas escolas.

Observar como ocorre a relação educação, religião e valores humanos a partir do Ensino Religioso em sala de aula é o fator científico que justifica o desenvolvimento desta pesquisa levando em conta que a sua proposta pedagógica é constituir um instrumento da educação que influencia a formação básica do aluno na busca de transmitir além de conhecimentos, também valores que deem a orientação necessária e segura à sua existência e convivência social.

A justificativa social para o desenvolvimento desta pesquisa encontra respaldo no contato profissional com alunos de diferentes concepções religiosas desenvolvendo em sala de aula uma relação de interação na qual trocam informações e experiências indica que o Ensino Religioso independente da doutrina pode ser ou não um recurso pedagógico que auxilia na formação de valores sociais na criança.

A origem do termo “religião” vem do latim *religio*, indicando um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente são entendidas como religiosas⁵.

⁴ CASSEB (2009)

⁵SILVA, EM. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: **Revista de Estudos da Religião**, nº. 2 - 2004. Disponível em <www.pucsp.br>. Acesso em mai. 2014.

Levando em conta que o município de Serra é marcado por valores históricos e religiosos, pesquisar o Ensino Religioso no espaço da educação na perspectiva da construção e da aprendizagem dos valores humanos é uma oportunidade viável para adquirir maior conhecimento da educação municipal explorando a interação entre os temas e sua abrangência para a pesquisa.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa busca identificar as efetivas contribuições do Ensino Religioso proposto para as escolas da rede pública de ensino na formação básica da criança e aprendizagem dos valores sociais de alunos de escolas localizadas no município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Os objetivos específicos consistem em:

- observar os métodos de ensino da religião e como se relacionam com a educação, formação e aprendizagem do aluno sem sala de aula.

- Verificar na perspectiva do cotidiano em sala de aula, a relação do fenômeno religioso com o saber fundamental para a formação do aluno e aprendizagem de valores para sua inserção nos diferentes grupos sociais.

- Identificar na diversidade de crenças em sala de aula se Ensino Religioso é uma barreira para a eficácia da prática pedagógica na formação do aluno.

- Identificar, através de Estudo de Caso, em escolas da rede pública de ensino de ensino, do município de Serra, Espírito Santo, como os docentes e a equipe pedagógica concebem o Ensino Religioso e suas contribuições no processo de aprendizagem de valores e formação básica do aluno.

Levando em conta que o município de Serra é marcado por valores históricos e religiosos, pesquisar o Ensino Religioso no espaço da educação na perspectiva da construção e da aprendizagem dos valores humanos é uma oportunidade viável para adquirir maior conhecimento da educação municipal explorando a interação entre os temas e sua abrangência para a pesquisa.

Observar como ocorre a relação educação, religião e valores humanos a partir do Ensino Religioso em sala de aula é o fator científico que justifica o

desenvolvimento desta pesquisa levando em conta que a sua proposta pedagógica é constituir um instrumento da educação que influencia a formação básica do aluno na busca de transmitir além de conhecimentos, também valores que deem a orientação necessária e segura à sua existência e convivência social.

Estrutura desta dissertação ficou assim estabelecida: na Introdução, apresentação do tema, problemática de estudo, hipótese, objetivos, justificativa.

No Capítulo I, Discussão com a literatura os principais aspectos do ensino religioso abordando questões relacionadas à educação, religião.

No Capítulo II, o foco de discussão é o ensino religioso e suas contribuições no processo de construção da aprendizagem de valores humanos, modelos de ensino religioso, currículo escolar, formação docente, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, Fonaper, o ensino e o fenômeno religioso nas escolas brasileiras em quatro fases até o acordo Brasil-Vaticano, educação em direitos humanos.

No Capítulo III Estudo de Caso, descrição dos procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa, apresentação do município de Serra e a demanda por vagas no Ensino Fundamental, resultados e discussão dos dados obtidos.

1 DISCUSSÃO COM A LITERATURA OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO ENSINO RELIGIOSO

1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO QUE É EDUCAÇÃO

A educação é a forma implantada de transpassar o arcabouço dos conhecimentos desenvolvidos pelo homem aos novos integrantes da sociedade, estruturada pela organização da representação fonética através de símbolos que representam os produzidos pela língua. A palavra educação faz referência ao ato educativo que designa a prática social identificada como uma situação temporal e espacial determinada na qual ocorre a relação ensino-aprendizagem formal ou informal. Mas em se tratando da didática, trata-se da forma que compõe o modelo de passar os conhecimentos da sociedade por meio de um conjunto de métodos que facilitam o aprendizado designando um saber especial⁶.

A instituição de ensino tem sua sobrevivência marcada por transformações e para reinventar a escola talvez seja possível uma ação estratégica, mas é necessário agir em três planos fundamentais que levam em conta “pensar a escola a partir da educação não escolar; caminhar no sentido de desalienar o trabalho escolar, para que o trabalho de aprender seja vivido como uma ‘obra’ e transformar a educação e a escola, através de movimentos sociais”⁷.

1.1.1 Evolução histórica da educação

Ao longo de sua história, a educação brasileira registra fatos e aspectos relevantes em relação a mudanças e aparatos políticos, mas independente da história, necessita ser inserida como prioridade na política pública e ser tratada com mais seriedade por políticos, professores, aluno e a sociedade em geral.

Na sociedade brasileira, o período de 1549 a 1850 marca a fase da escolarização colonial, responsabilidade da Igreja Católica que era o poder dominante na época, mas a atribuição de ensinar cabia aos padres jesuítas. No processo de educação nas aldeias, os padres docentes usavam da persuasão como

⁶GHIRALDELLI, P.J.R. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

⁷CANÁRIO, R. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.p.19.

estratégia para a adaptação à cultura estrangeira e impor a cultura portuguesa cristã. Nesse jogo de interesse perceptível “instantes de relativa estabilidade dos diferentes modelos político, econômico, social em relação aos instantes de crise mais intensa e que causaram as substituições dos modelos referidos”⁸.

Na história da educação escolar brasileira o marco é a chegada dos jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega que no período entre 1549 a 1808 registra a organização escolar que se processa no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente⁹.

A educação é responsabilidade de todos, do Estado e da sociedade civil organizada. Apesar de um grande número de crianças e adolescentes despertar a atenção da sociedade ainda existe uma carência visível entre as políticas públicas vigentes e investimentos realizados em favor de um ensino de qualidade, da formação inicial adequada e da continuada para o professor. Na proposta de educação no Brasil possui caráter político já que a formação de trabalhadores e cidadãos constituiu-se “historicamente a partir da categoria dualidade estrutural em face da demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais”¹⁰.

É preciso destacar que a educação não acompanhou a evolução social promovida pela Revolução Industrial. Somente nos últimos anos, diferentes acontecimentos têm marcado a educação brasileira e que influenciam e transformam o processo de ensino-aprendizagem tanto que definem com clareza os elementos que a constituem, pois precisa ser considerada a partir daqueles que frequentam a escola pública¹¹.

Para que a prática social da educação ocorra é preciso estabelecer espaços e tempos pedagógicos que atendam às demandas, que por sinal é bem diversificada na educação brasileira. Esperava-se que a educação escolar do início do século XXI encontrasse sentido e interesses para formular ou reformular os projetos sociais,

⁸RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.p. 16.

⁹RIBEIRO (1993, p. 16).

¹⁰KUENZER, A. (Org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. .p. 27.

¹¹KUENZER (2000).

contudo, aponta como um dos aspectos da crise educacional o não saber para onde ir, ou seja, não apresentar condições e muito menos saber reelaborar o sentido da educação num projeto sócio-educacional que envolva toda a sociedade¹².

1.2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA RELIGIÃO

Para entender a relação religião, educação e formação de valores no aluno, é preciso abordar alguns aspectos da proposta do ensino religioso no contexto cultural, do estudo dos fenômenos e dos sistemas religiosos, fatores que estão relacionados e implicam na aprendizagem de um fato identificável da experiência humana, isto é, a forma de apresentação das imagens repassadas pelas pessoas através de diferentes tradições, seja por meio dos santuários, ou das práticas cotidianas, seja por meio dos conhecimentos estudados nas universidades, entre outras coisas¹³.

1.2.1 Conceito e origem do termo religião

A definição de religião parte da perspectiva do que a maioria das pessoas acha a 'religião' é a "crença em Deus, espíritos, em seres sobrenaturais, ou na vida após a morte e ainda, como o nome das grandes religiões mundiais Cristianismo, Hinduísmo, Budismo ou Islamismo". O conceito de religião foi sendo mudado ao longo do tempo, e hoje alguns imaginam que seu sentido designa uma noção *entes* que eram, anteriormente, unidos, mas que, por algum motivo, foram desunidos em um determinado momento, e que em seguida passam por um processo de nova união, de uma nova ligação, isto é, uma religação de sentidos, daí que a *religação* (*religare*) do ente humano ao ente divino¹⁴.

A religião, enquanto sistema cultural apresenta-se de várias formas em uma "mesma sociedade e enquanto houver o reconhecimento da diversidade dos indivíduos, grupos sociais e culturais e estabelecer a comunicação entre eles, essa

¹²TEDESCO, J. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo. Ática, 2002.

¹³TOURAINE, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis; Vozes, 1999.

¹⁴SILVA (2004, p.3).

sociedade será vigorosa”¹⁵.

Mas, em se tratando da origem da palavra, religião deriva do latim *religio*, indicando um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem referências a divindades, rituais, mitos ou outros tipos de manifestação entendidas como religiosas. O mundo e as pessoas mudaram e o encanto se partiu ao meio ou desapareceu para algumas pessoas. A ciência e a tecnologia avançaram tanto que tornou desnecessária a presença de Deus como proposta de trabalho. No contexto acadêmico e científico:

[...] o conceito de religião deve atender a compromissos religiosos específicos. A definição mais aceita pelos estudiosos, para efeitos de organização e análise é que a religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos¹⁶.

No Ocidente, esse processo construiu histórica e culturalmente o conceito de religião no sentido de tradição cristã. As denominações religiosas estão em um processo de reformulação, de mudanças que interferem na vida dos seus fiéis, são transformações caracterizadas pela incerteza ou dúvidas, o que leva a questionar se as doutrinas religiosas em suas individualidades são capazes de auxiliar efetivamente na formação básica das crianças e na construção dos valores que a sociedade requer dos indivíduos. É preciso ter em mente que nas escolas públicas, os programas do ensino religioso são elaborados pelas diferentes sociedades e diversidade religiosas¹⁷.

Questões e situações que envolvem religiões, religiosidades, experiências religiosas, expressam-se em linguagem e formas simbólicas diversificadas. Fala-se em crise e decadência das religiões formais nas últimas duas décadas. O movimento científico e grupos, já no século XIX falavam sobre a agonia das expressões religiosas formais e no século XX, filósofos, cientistas e políticos apregoavam a falta de espaço para religiões formais ou para a presença de Deus no mundo de extremo avanço científico que se anunciava. Trata-se de um processo de descrença em sistemas onibrangentes e metalinguísticos os quais foram forjados durante o período de sistema de cristandade e, subsequentemente, atrelados aos

¹⁵TOURAINÉ (1999, p. 217).

¹⁶SILVA (2004, p.4).

¹⁷TOURAINÉ (1999, p. 217).

nacionalismos¹⁸.

Os projetos metanarrativos que marcaram a construção das nações foram colocados em xeque na segunda metade do século XX após duas grandes guerras mundiais. As grandes narrativas sobre a trajetória humana passaram a ser questionadas por outros setores que silenciados pela moldura discursiva de que estariam contemplados na gramática identitária. Os séculos XX e XXI foram marcados, “pelo ressurgimento de crenças e práticas religiosas mundiais pelas igrejas Católica, Protestante, Ortodoxa, mesquitas na Indonésia, templos na Índia, que marcam esse florescimento das religiões”¹⁹.

No entanto, as religiões se organizam de várias maneiras e quase sempre “acompanham a organização da sociedade e reproduzem essa organização mais ampla, podendo, apresentar formas alternativas de organização que resistem à ordem social”, assim dois fatores influenciam as organizações religiosas: a diferenciação na estrutura social, política e cultural e o enriquecimento da experiência religiosa de indivíduos e grupos²⁰.

De outra perspectiva, as religiões se estruturam a partir da dinâmica entre sagrado e profano e oferecem “aos fiéis a possibilidade de experimentá-la como um caminho de vida na busca do sentido mais profundo da realidade e da possibilidade de salvação da precariedade da vida”²¹ e lembra que a organização religiosa a partir desta relação se apresenta de várias formas.

1.2.2 Diversidade religiosa

Uma das características da religião, no contexto social, é a diversidade de denominações e ainda que algumas pertençam a uma matriz religiosa, as especificidades as tornam diferentes, mas o que na realidade essas representações buscam é ser e fazer a diferença. Tomando por base o sagrado e o profano como elemento central da organização a classificação das religiões é a seguinte: dinâmicas que envolve as esferas, contato, delimitação, ação ritual e cosmovisão

¹⁸ DELUMEAU, J.; MALCHIOR-BONET, S. **De religiões e de homens**. São Paulo, Loyola, 2000.

¹⁹ SILVA (2004, p.4).

²⁰ WACH, J. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990. p.139.

²¹ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992.p. 13.

religiosa; naturalista engloba mistura, imediato, panteísmo, envolvimento e eficácia e totalidade sagrada; transcendentais que apresenta distinção rígida mediada pelo tempo, espaço e pessoas sagradas; históricas que apresenta como aspectos a reciprocidade, mediado, sagrado, antropológico, memória e ética, criação e redenção²².

A religião é uma instituição e também um aparelho social que está em crise e uma expressão do pensamento religioso é de modernidade. Um fato não se questiona: em todo esse processo, cada vez mais surgem denominações religiosas o que promove idas e vindas de fiéis²³.

Seja ou não impulsionada pelo fenômeno religioso que origina inúmeras denominações, em 2010 um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou a linha de evolução das religiões no Brasil no período entre 1872 a 2010, como mostra a Figura 1.

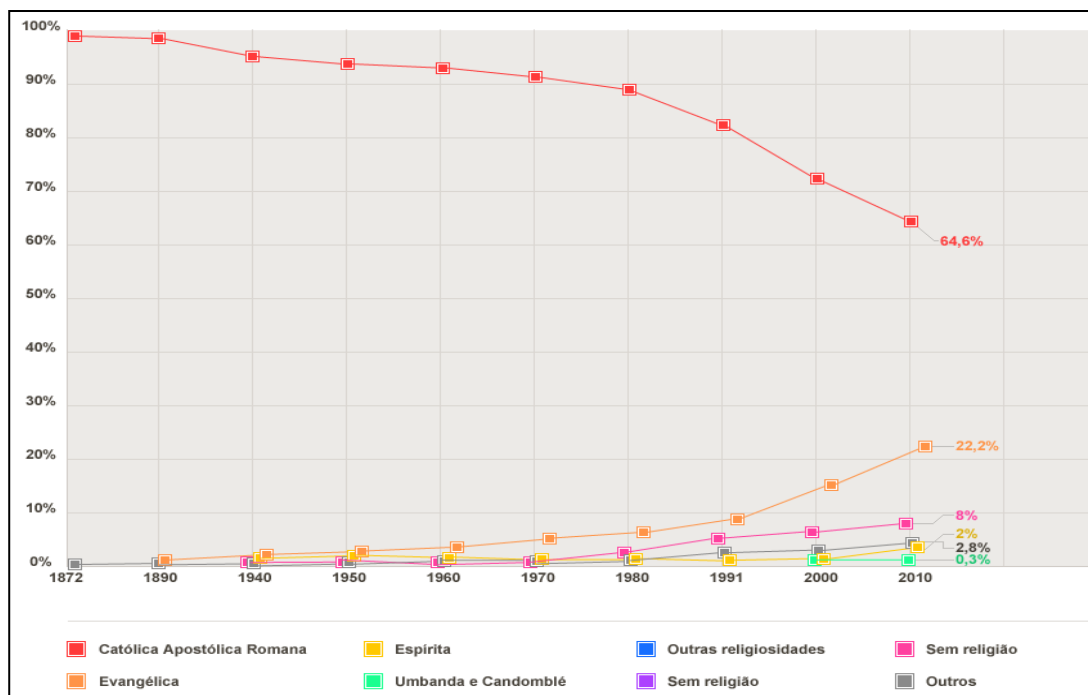


Figura 1. Evolução das religiões no período de 1872-2010

Fonte: IBGE - Censo 2010.

Com bases nestes dados que indica o crescimento das diferentes denominações religiosas fica evidente a diversidade, fator que possibilita diferentes

²² PASSOS, 2006.

³ PASSOS, 200, p.6.

²³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

leituras e interpretações acerca do que estas religiões buscam seus objetivos, doutrinas. Resumir a realidade plural e complexa é a função das tipologias religiosas com a finalidade de facilitar sua compreensão, mas há a exclusão de várias religiões e os tipos apresentados que constituem um exercício de verificação dos modos de relacionamento entre o sagrado e o profano, além disso, captam três sistemas religiosos a partir de aspectos relacionados a suas estruturas internas, relação com o mundo e com a ação ritual. Nesse cenário complexo e de uma amplitude social e cultural expressivas, outros critérios permitem classificar as religiões a partir de algumas especificidades que ressaltam as suas características tornando mais fácil serem identificadas na diversidade:

- localização geográfica: de montanha, planície e de florestas;
- época histórica: primitivas, antigas ou modernas;
- fator cultural: afro, indígena, oriental;
- organização social: urbanas e rurais;
- ideologia: conservadoras, tradicionais, revolucionárias;
- critérios internos: visão de divindade: monoteísmo, politeísmo, panteísmo;
- bens religiosos: religião de salvação, de libertação, de servidão, de integração;
- visão de mundo: religiões dualistas, naturalistas, monistas, maniqueístas;
- organização cultural: religiões sacrificiais, sacerdotais, carismáticas;
- organização: religiões hierárquicas, conciliaristas, episcopais²⁴.

A classificação mostra em que área o tipo de religião se enquadra, mas quantas denominações essas áreas acolhem, portanto há muita similaridade e pouca diferença entre as diversas denominações: Esse processo pode ser o que se denomina fenômeno religioso, ponto que constitui a de convergência de todas as religiões e essa discussão permite conceber quatro instâncias de entendimento do sagrado, mas a explicação desses acontecimentos está no fato de a “a sociedade que entra no século XXI não é menos moderna do que a que adentrou o século XX, o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente”²⁵.

O fenômeno religioso é incontestável no contexto social e pode ser considerado resultado da diversidade religiosa. Isto evidencia um questionamento se em sala de aula para a transmissão dos conteúdos do ensino religioso em sala de aula há necessidade de um método específico de ensino em função das diferentes denominações existentes no espaço escolar. Nesta perspectiva, diferentes autores discutem os métodos de ensino da religião, bem como a relação com a educação,

²⁴ PASSOS, 2006, p. 6.

²⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

formação docente e aprendizagem. Daí, o sagrado desponta como um fenômeno potencialmente social e religioso que interfere, inclusive na educação. A existência do homem ao longo de sua história é marcada por dois universos diferentes: o sagrado e o profano. “No processo histórico, ao longo da formação da civilização, recebemos uma herança simbólico-religiosa a partir de duas vertentes: hebreus e cristãos; gregos e romanos”²⁶.

E mais, Lei nº 9.475/97 que estabelece o Ensino Religioso enfatiza no art. 33:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e são, vedadas quaisquer formas de proselitismo: § 1º: Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores; § 2º: Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

A simbologia destas vertentes trouxe visões do mundo totalmente distintas. Refletir acerca do sagrado é interesse das ciências humanas, filosofia e religião, pois possibilita resguardar. Um atributo essencial para o fenômeno religioso ao mesmo tempo em que o torna aplicável, além disso, é o ponto de convergência de todas as religiões e essa discussão permite conceber quatro instâncias de entendimento do sagrado: exterioridade do sagrado e sua materialidade, a paisagem religiosa com seus elementos²⁷.

O sagrado, ao longo do tempo, foi sendo exilado, na verdade houve a quebra do universo religioso que era encantado. Compreender e promover o Ensino Religioso sem propagar os interesses e objetivos de uma religião é uma discussão que já permeia as diretrizes e parâmetros voltados para esta disciplina, considerada por muitos de significativa importância na formação religiosa, social e espiritual do aluno²⁸.

Educar é um processo democrático que permite ao ser humano se descobrir e redescobrir em comunidade que exige a participação consciente de todos. A

²⁶ ALVES, 2007, p. 33

²⁷ QUEIROZ, J. J. O fenômeno religioso em tempos pós-modernos. In: **Revista Diálogo**, nº 25, Paulinas, março de 2002.

²⁸ ALVES, 2007.

proposta central do Ensino Religioso é auxiliar o aluno a compreender, de modo positivo, a interferência das diversas manifestações religiosas em sua realidade, extrapolando os seus limites, valorizando o pluralismo e respeitando a diversidade cultural existente na sociedade.

2 ENSINO RELIGIOSO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM E VALORES HUMANOS

Enquanto instituição social que deve promover a formação e o acesso do aluno à informação, a escola não deve e nem pode fugir desse papel e função e, nesse sentido, o Ensino Religioso faz parte deste processo. A educação da religiosidade não se reduz a religiosidade subjetiva, é também educação das expressões as quais se traduz a religiosidade da pessoa, ou seja, da educação da religiosidade objetiva. O compromisso da escola com o desenvolvimento pleno da pessoa engloba diferentes aspectos, desde os especificamente individuais a todos os relacionamentos sociais²⁹.

Tem ainda outra questão que circunda a proposta do Ensino Religioso na educação, que tem sido interpretada de diferentes maneiras, no entanto há um ponto considerado comum: todas definem a religião como algo que remete ao transcendente, ainda que a conceituação seja diferente. A religião pode se transformar, mas seu caráter ambivalente não a deixa desaparecer, podendo ela, ainda, se prestar a objetivos opostos, dependendo de quem manipula os símbolos sagrados, mas “a relação entre educação e religião pode se estabelecer a partir da articulação desses dois conceitos e pode se desenvolver a partir de algumas metodologias alternativas”³⁰.

A proposta de inserir o Ensino Religioso nas salas de aulas das escolas brasileiras traz à tona uma discussão antiga, polêmica, recorrente e carregada de preconceito, de resistência, pois discutir a religião no ambiente escolar, num primeiro momento, parece ser uma proposta impossível e com tendência a fracassar se levar em conta que deve haver neutralidade e imparcialidade na transmissão dos conteúdos³¹.

Quando se discute a proposta de ensino religioso nas escolas, o objetivo é promover entre a comunidade escolar a reflexão e a integração do fenômeno

²⁹ RUEDELL, P. Educação Religiosa: **fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich**. São Paulo: Paulinas, 2007.

³⁰ RUEDELL, 2007, P. .

³¹ CURY, Munir; et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: comentários jurídicos e sociais. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

religioso como saber fundamental para a formação integral do aluno. Alcançar este objetivo requer a superação do preconceito religioso, respeitar diversidade cultural e religiosa³².

2.1 MODELOS DE ENSINO RELIGIOSO PARA AS ESCOLAS

A aprendizagem está em todo lugar, é preciso apenas saber explorar o que esses espaços oferecem. Mas para a efetivação da aprendizagem é necessários práticas e métodos de ensino, principalmente em se tratando da aquisição do conhecimento formal oferecido nas escolas pública ou privada. O caminho para aplicar a proposta do ensino religioso em sala de aula das escolas públicas brasileiras se abre em três vertentes, ou seja, três modelos de Ensino Religioso que são: o Catequético, Teológico e Ciências da Religião e o de maior abrangência é o catequético se manifesta entre as “igrejas cristãs - católica e protestante - e sua prática escolar é catequese dos alunos voltada para a formação das ideias corretas e verdadeiras, em oposição às ideias falsas” e em se tratando da proposta de Ensino Religioso são características dos modelos Catequético, Teológico e Ciências da Religião modelo de ensino³³.

a) Ensino religioso no modelo catequético: tem cosmovisão unirreligiosa, ocorre dentro do contexto político alicerçado na aliança entre estado e igreja, tendo como fonte conteúdos centrados doutrina religiosa. No entanto, tem afinidade com a escola tradicional, mas seu objetivo é expandir as instituições religiosas. Sua responsabilidade é com as confissões religiosas e seus principais riscos são o proselitismo e intolerância;

b) Ensino religioso a partir do modelo teológico: a partir da cosmovisão plurirreligiosa originária de um contexto político a partir de uma sociedade secularizada, pautado pela antropologia e teologia do pluralismo e pelo método da indução, mas compartilha a proposta da Escola Nova buscando, assim, formar

³² GIUMBELLI, E. O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 237-252, jan./jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100011>.

³ PASSOS, 2006.

³³ RUEDEL, 2007, p. 118.

³ PASSOS, 2006.

cidadãos religiosos. Sua responsabilidade também é com as confissões religiosas, e seu maior risco é aplicar disfarçadamente os propósitos da catequese;

c) Ensino religioso na visão das Ciências da Religião: a cosmovisão é transreligiosa, tem como contexto polêmico a sociedade secularizada e sua fonte é a Ciência da Religião que tem como método a indução. Sua afinidade é com a epistemologia atual cujo objetivo é educar o cidadão, assumindo responsabilidade com a comunidade científica e do Estado. Seu risco é a neutralidade.

Com esses modelos de ensino religioso no espaço escolar, as características dos modelos de Ensino Religioso e especificidades de cada um podem contribuir para uma prática docente em sala de aula de forma positiva e formação do aluno. Assim, a didática de ensino para o ensino religioso, com base nos modelos vigentes que constituem quatro tipos que são o Confessional, Interconfessional, Supraconfessional e Disciplina-curricular são praticados em sala de aula de acordo com as características e propostas descritas na Tabela 1³⁴.

Tabela 1 – Métodos de ensino religioso segundo estudos de Stigar.

Modelo	Características e propostas
Confessional	A oferta ocorre de acordo com a formação religiosa do aluno ou de seus responsáveis, com aulas são ministradas por professores qualificados, preparados e credenciados por várias entidades religiosas.
Interconfessional	Método desenvolvido por diversas entidades e grupos religiosos responsáveis por uma elaboração de programas de estudo.
Supraconfessional	Modelo vigente nas escolas públicas. Não admite proselitismo religioso, preconceito ou qualquer tipo de manifestação que impeça os alunos a professarem seus credos religiosos ou mesmo não professarem credo algum. Tem como foco assegurar o respeito a Deus, a diversidade religiosa e cultural. Seu princípio tem como base a cidadania, tolerância, ética, respeito, além de preservar os valores humanos existentes nas tradições religiosas.
Disciplina curricular	Concebido como área de conhecimento cujo objetivo é estudar o fenômeno religioso. Neste contexto, os professores são orientados a realizar vivências coerentes de um projeto profundamente humano e priorizarem os princípios do respeito, tolerância, convivência pacífica e liberdade cultural.

³⁴CORDEIRO, F.M.; PAIVA,L;H.R.; A metodologia e a didática no ensino religioso das escolas públicas e colégios religiosos de Pernambuco em 1940. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**. v. 3 ,n. 1, dezembro/2013.

Fonte: Cordeiro; Paiva (2013, p. 6).

Dentre os métodos didáticos apresentados na Tabela 1 o modelo vigente e predominante nas escolas brasileiras é o Supraconfessional, uma proposta mais aberta às denominações religiosas existentes na sociedade e no espaço escolar brasileiro. O principal objetivo do método Supraconfessional é trabalhar questões relacionadas à cidadania, diversidade religiosa sem privilegiar uma ou outra doutrina. Interessante a proposta supraconfessional, mas deixa questionamentos quanto a efetividade docente em sala de aula³⁵.

Mas, antes de tratar da proposta dos PCNER é preciso enfatizar a importância do currículo escolar.

2.2 CURRÍCULO ESCOLAR: A BASE DA PROPOSTA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DO ALUNO

Pesquisas em educação problematizam o vínculo entre políticas de currículo e qualidade de ensino. Questiona-se que partir da análise dos documentos curriculares ‘Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica’ que protagoniza as seguintes expressões: educação de qualidade, qualidade da educação, qualidade social, qualidade pedagógica, qualidade política, qualidade da escola³⁶.

A qualidade é tratada nesse documento como uma construção histórica comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento, garantindo aos grupos da população em desvantagem colocada como objetivo da educação:

As crianças de todas as raças/etnias, religiões, classes sociais, origens e locais de moradia, gêneros, independente de qualquer condição dos pais, têm direito à educação de qualidade, promover seu desenvolvimento, ampliar seu universo cultural e o conhecimento do mundo físico e social, constituição de sua subjetividade, favorecer trocas e interações, respeitar diferenças e deficiências, promover autoestima e bem-estar³⁷.

A significação que se tem dado atualmente à educação, avalia que as

³⁵ CORDEIRO; PAIVA, 2013. p.6.

³⁶ LOPES, Alice Casimiro. **Currículo**: debates contemporâneos. (Orgs.). 2 ed. São Paulo : Cortez, 2012.

³⁷ BRASIL, **Projeto OEI/BRA/2001**. Brasília, MEC, 2001.

políticas de avaliação nacional estão centradas nos resultados alcançados pelos alunos como controle da eficiência do ensino, num discurso de qualidade e igualdade de acesso ao conhecimento que nesta política é comprometido com questões sociais que buscam vincular o currículo e a qualidade da educação à transformação social³⁸.

A política de qualidade em educação comprometida com as questões sociais observa-se o discurso de eficiência e eficácia ligado aos padrões do mercado. E nessa articulação pode haver demandas insatisfeitas, rotulando a escola com demandas insatisfeitas como sem qualidade. E nesse discurso, há uma mobilização social em torno de um projeto de currículo nacional que garanta o acesso aos conhecimentos socialmente legitimados. Os textos curriculares surgem como tentativas de fixação discursiva da significação do currículo que promoverá a almejada educação de qualidade, pois o objetivo a ser alcançado é “educação para todos em todas as etapas e modalidades da educação básica, com qualidade social, vinculada à [...] redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série”³⁹.

Assim, a qualidade social da educação é vista além de direitos e deveres do Estado, mas como uma conquista da sociedade brasileira, e neste contexto são postos em relevo as questões pedagógicas, o currículo e a avaliação ao alcance da qualidade almejada. A inserção do adjetivo social é defendida por todos, e este apelo à mobilização coletiva expressa a tentativa de produzir um universal pelo qual a qualidade social da educação. A qualidade social da educação é reiterada nestes documentos na tríade acesso/permanência/sucesso do aluno na escola.

Neste debate entre base comum e parte diversificada, conclui-se que a base comum mantém sua posição hegemônica nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), visto que as propostas curriculares municipais e estaduais, os livros didáticos e as avaliações nacionais se basearão. Os resultados esperados de uma educação de qualidade social estão vinculados aos conteúdos da base comum. A parte diversificada complementa, enriquece a parte comum. As políticas curriculares são embasadas sobre a égide da base nacional comum e o currículo de qualidade

³⁸BRASIL. **Projeto OEI/BRA/2001**. Brasília, MEC, 2001.

³⁹BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 7/2010**: qualidade social da educação. Disponível em <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb005_11.pdf>. Acesso em out. 2014.

social passa a ser aquele capaz de atender às demandas dos processos avaliativos nacionais. Assim, as DCNs têm como objetivo assegurar o estabelecimento de uma base nacional comum para garantir a qualidade almejada⁴⁰.

O Parecer nº. 7/2010 define os conteúdos mínimos considerados indispensáveis para o pleno exercício da cidadania, desenvolvimento integral e progresso dos estudantes no trabalho e em estudos posteriores. Além da base comum, com característica unitária das orientações curriculares nacionais, o currículo da escola de qualidade social deve acolher a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira e nossas escolas, sendo denominada como a parte diversificada, com a “intencionalidade de adaptar o currículo à realidade local, as necessidades dos alunos, as peculiaridades regionais e os interesses mais amplos de formação básica do cidadão”⁴¹.

Os estudos de currículo são carregados de contradições, ambiguidades e incoerências. E neste processo esta em relevo as demandas pela melhoria da escola e tentar superar os sentidos instrumentais do mercado, da eficiência e da eficácia, oferecendo uma qualidade na expectativa de combater desigualdades e ampliar o acesso à educação. Alguns dos mecanismos foram utilizados no passado para produzir a eficiência social, organização por competências, avaliação centralizada nos resultados e atualmente são utilizados em um projeto social de distribuir saberes comuns a todos, como se os nomes das disciplinas e a enunciação de saberes produzidos culturalmente em diferentes contextos sociais fossem suficientes para garantir a identidade do currículo, sem embates em relação aos distintos enunciados. O conhecimento torna-se a moeda a ser distribuída igualmente a todos, como se fosse possível sua reificação e distribuição⁴².

Neste contexto, um fator é importante quando se trata do processo de ensino-aprendizagem do aluno, ou seja, a ligação entre currículo e avaliação.

Currículo e avaliação, dessa forma, encontram-se imbricados nessa política: o currículo produz sentidos sobre o que deve ser avaliado, e a avaliação produz sentidos sobre o que deve ser ensinado. A ideia de eficiência e eficácia que se buscou expulsar na construção do sentido de qualidade social retorna ao processo de significação na definição dos instrumentos e

⁴⁰ LOPES, 2012.

⁴¹ BRASIL. 2001.

⁴² LOPES, 2012.

indicadores que vão avaliar a aprendizagem dos conteúdos que compõem o currículo nacional. As avaliações nacionais estão da mesma forma, constituindo o discurso de que o ensino tem que ser eficaz: a eficácia do ensino será constatada nos resultados de aquisição de conteúdos e competências revelados em tais exames⁴³.

Diante do exposto, faz-se necessário desconstruir tradições pedagógicas que tornaram a centralidade dos conteúdos disciplinares no currículo como puro e incontestado, investigando como estamos imbricados pedagogicamente nessa universalização, visto que neste contexto investigativo – comum no currículo – não significa homogeneização/padronização.

Foi considerando que diversidade religiosa e os métodos de ensino religioso são fatores de conflitos na proposta de educar nas escolas foi criado o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) para acompanhar o processo na educação nacional.

2.3 FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO

É importante destacar que a discussão sobre Fonaper começou em 1985 quando foi instaurado o processo de instituição da Nova Constituinte e de tramitação do Projeto de Lei da nova LDB no Congresso Nacional. Em seu estatuto é proposto que a contribuição do Ensino Religioso “[...] seja de forma que o pedagógico centre-se no direito do educando, a fim de que o mesmo tenha garantida uma educação relacionada à sua dimensão transcendental”⁴⁴.

A proposta de ensino religioso apresentada pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso visa o acompanhamento, organização e dar subsídio aos professores, associações e pesquisadores na efetivação do Ensino Religioso como componente curricular. Nesse sentido, para o Ensino Religioso definiu os seguintes eixos e conteúdos a serem trabalhados nas escolas⁴⁵:

a) Culturas e tradições religiosas têm como conteúdo: o desenvolvimento de temas que decorrem da relação entre cultura e tradição religiosa, destacando a ideia

⁴³ LOPES, 2012, p.47.

⁴⁴ POZZER, Adecir; *et al.* (Orgs.) **Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil**: memórias, propostas e desafios. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010, p. 83-101.

⁴⁵ FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

transcendente da visão tradicional e atual;

b) Teologias: apresenta como conteúdo, analisar as múltiplas concepções do transcendente com destaque para a descrição das suas representações nas tradições religiosas, doutrinas e crenças que orientam a vida do fiel, etc.;

c) Textos sagrados e tradições orais: aprofundar o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço, com destaque para a autoridade do discurso religioso;

- Rito: buscar o entendimento das práticas celebrativas contemplando, por exemplo, a descrição das práticas religiosas e identificando os símbolos mais importantes das tradições religiosas.

- Ethos: analisar a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das tradições religiosas considerando o relacionamento com o outro.

A proposta do Ensino Religioso tem como pressuposto pedagógico assegurar a formação de valores ao cidadão devendo, portanto, ser concebido como atividade cientificamente neutra e ser interpretado como área de conhecimento, caracterizado, assim, a intencionalidade educativa. A linguagem científica deve ser utilizada e precisa ser clara, objetiva e especializada⁴⁶.

A partir do Fonaper foram criados importantes documentos educacionais para esta proposta ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) e o Referencial Curricular centrado na proposta pedagógica da escola.

2.3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso

Os PCNER representam um marco histórico na política educacional brasileira por ser uma proposta na qual as diferentes denominações e tradições religiosas participaram do processo enquanto educadores elaboraram uma proposta pedagógica para o Ensino Religioso cujos principais objetos de estudo foram o “fenômeno religioso, sem proselitismo, considerando o amplo processo de reflexão

⁴⁶FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.

de seus fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos, curricular, expondo seu objeto de estudo, objetivos, eixos organizadores e seu tratamento didático”⁴⁷.

No Capítulo I dos PCNER são apresentados os elementos históricos do Ensino Religioso que destaca a mudança da compreensão da sua proposta que tem como eixo de partida o ensino da religião oficial no Império que alcança os dias contemporâneos como uma proposta educacional voltada para atender uma sociedade pluralista. Enfatiza a escola como espaço “socializador do conhecimento através dos conteúdos, responsável pelas informações e responder aos aspectos principais do fenômeno religioso, presente em todas as culturas e em todas as épocas”⁴⁸.

No capítulo II dos PCNER o destaque é o fenômeno religioso tratado como a busca pelo sentido da vida além-morte e nesta perspectiva são enfatizados os “pressupostos para a organização e seleção de conteúdos para o Ensino Religioso na escola com os eixos organizadores: Culturas e Tradições Religiosas, Textos Sagrados, Ritos; Teologias e Ethos”⁴⁹, que pode ser observada na Figura 2.

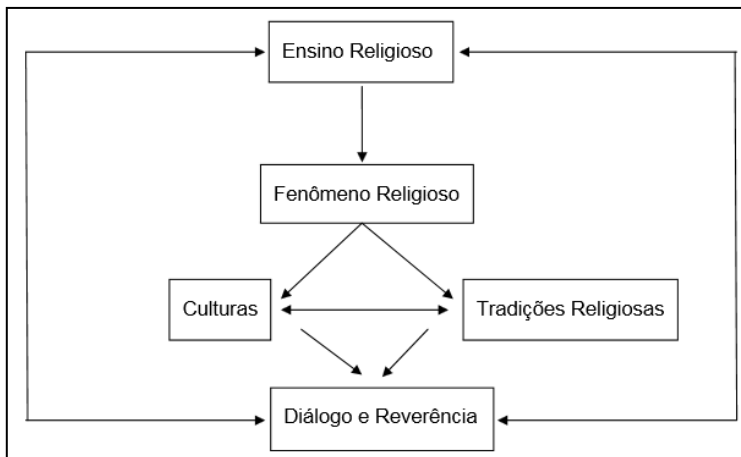


Figura 2 – Ensino Religioso Fenômeno Religioso.
Fonte: FONAPER (2000, p. 17).

No capítulo III dos PCNER está descrito o tratamento do Ensino Religioso para o ensino fundamental, caracterização, objetivos, pressupostos para avaliação, bloco de conteúdos e o respectivo tratamento didático. Mas é importante destacar

⁴⁷FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.

⁴⁸FONAPER, 2002, p. 14.

⁴⁹FONAPER, 2002, p. 17.

que em 2009 este documento passou por reformulações, mas sem que fosse acrescentada qualquer adequação ou atualização, ou seja, a elaboração inicial composta por várias mãos permaneceu intacta⁵⁰.

Associar a proposta do Ensino Religioso ao fenômeno religioso é uma importante contribuição para a educação, pois sua base é proporcionar o diálogo com o diferente, assim, o diálogo, relação horizontal, exigência existencial favorece a comunicação e ultrapassa o imediatamente vivido e requer da pedagogia sua recriação para se identificar com o direito de ser o sujeito e agente de sua história⁵¹, como mostra a Figura 3.

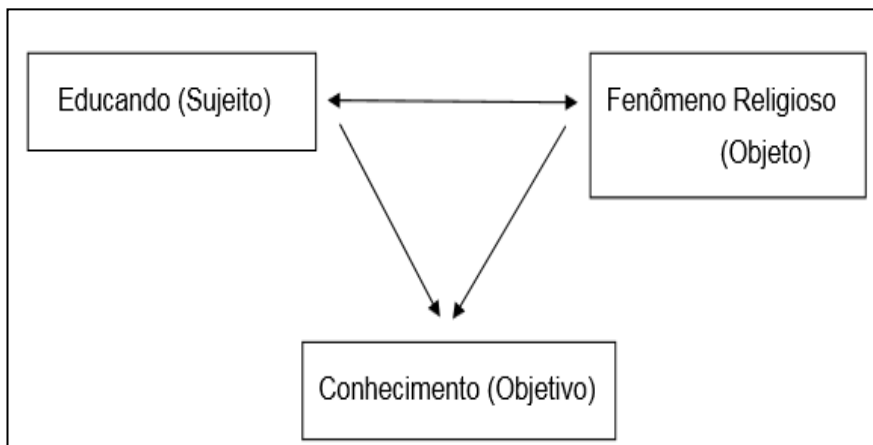


Figura 3 – Sujeito, objeto, objetivo do ensino religioso
Fonte: FONAPER (2000, p. 19).

Pelo prisma da historicidade do ensino religioso face à nova legislação do Ensino Religioso seu foco é voltado para a “resignificação de conceitos e caminhar para uma releitura enquanto componente curricular com base em seu significado pedagógico pautando-se na escola”⁵².

Quanto a discussão do Fonaper em relação ao Referencial Curricular para a proposta pedagógica da escola, divulgado em 2000, o foco central do documento foi dar sua contribuição às escolas brasileiras para a elaboração de suas propostas pedagógicas partindo do PCNER e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o

⁵⁰HOLMES, M. J. T. **Ensino Religioso: problemas e desafios**. 2010. f. 187. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

⁵¹FREIRE, 1980, p. 93.

⁵²HOLMES, , 2010, p. 33

Ensino Fundamental⁵³.

Na perspectiva do Ensino Religioso tendo o fenômeno religioso como objeto é preciso lembrar que este fato consiste na busca do ser frente à ameaça do não-ser definição e reflexão exposta pelo Fonaper nos PCNER e “sem a decodificação do fenômeno religioso, com suas múltiplas variantes, o diálogo torna-se inexistente ou tímido e, no geral, sobre questões periféricas”⁵⁴.

2.4 ASPECTOS GERAIS DO ENSINO RELIGIOSO E OS DISPOSITIVOS LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LDB

Alguns dispositivos legais tratam a questão religiosa na sociedade brasileira, em função da amplitude e complexidade que envolve o tema, resultado da significativa diversidade de crenças e de fé. A CF/88 expressa no art. 19 que não compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público [...]. Isso significa a liberdade de escolha dos fiéis e também não estabelece quais tipos religiosos devem compor a sociedade. Por outro lado, quando a religião assume aspectos pedagógicos através da proposta de Ensino Religioso, a Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 33 determina:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Em se tratando do Ensino Religioso em sala de aula, para identificar a proposta nas escolas brasileiras é necessário apresentar alguns aspectos históricos relacionados ao tema que já foi objeto de transformações em se tratando de sua apresentação nas escolas públicas vem desde a educação dos jesuítas, sendo

⁵³OLIVEIRA, L.B. et al. **Ensino Religioso: no Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁵⁴BOEING, A. Expressões culturais e religiosas: potencializando o diálogo. **Revista de Educação AEC. Educação e Religiosidade**. Ano 35, nº 138, janeiro/março, 2006. Brasília: AEC, 2006, p. 32-4.

instituído na segunda metade do século XX como disciplina optativa nas instituições públicas através do Decreto 19.941/1930. Deste período e diante, muitas mudanças foram registradas na proposta do ensino religioso pela LDB e pela Lei 9475/97. Não se pode negar que a educação, em seus diferentes parâmetros e formas tem como fundamento promover a formação e o desenvolvimento do cidadão. Desta forma, a questão do fenômeno religioso forma a sua espacialização social⁵⁵.

A diversidade religiosa na educação brasileira pode ser um dos elementos que complica a eficácia do ensino religioso em sua proposta, haja vista que não se pode controlar o professor em sala de aula e muito os alunos, caso tenham interesse em aprofundar sobre uma determinada denominação religiosa. Para a proposta de ensino religioso nas escolas brasileiras é preciso destacar aspectos importantes que a Constituição Federal Brasileira expressa, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação e pontos polêmicos existentes no acordo entre o Brasil e o Vaticano.

2.5 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS EM QUATRO FASES ATÉ O ACORDO BRASIL-VATICANO

O ensino religioso foi abordado em outras constituições, assim é importante apresentar uma linha do tempo que permite vislumbrar a evolução desta proposta ao longo dos anos. Um processo histórico que se divide em quatro épocas distintas em se tratando dos meios constitucionais conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Primeira fase - Primeira fase 1500-1889: Regime jurídico de União Estado/Religião (Igreja Católica).

Período/Mecanismo legal	Características
1549	Missionários jesuítas chegam ao Brasil e criam o colégio da Companhia de Jesus destinado à educação dos índios, mas os donos das fazendas (colonos) tomaram as escolas para educar seus filhos.
1759	O Marquês de Pombal expulsa os jesuítas de Portugal e seus territórios, assim o ensino público passa a ser dirigido por segmentos da Igreja Católica.
1824	Começa a vigorar no país a primeira Constituição Política do Império do Brasil outorgada por D. Pedro I no dia 25 de março de 1824 e estabelece que a religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império.

Fonte: Stigar (apud CORDEIRO; PAIVA, 2013, p. 6).

O marco da educação no Brasil tem características religiosas do cristianismo,

⁵⁵BARROS, 1997.

mas com objetivos de converter o povo indígena à cultura europeia, um processo que supostamente visava a catequização, mas o objetivo final era as riquezas do Brasil. Assim, na Tabela 3 que corresponde ao período de 1890 a 1930.

Tabela 3 – Segunda fase - 1890-1930: Regime jurídico de Plena Separação Estado/Religiões.

Período/Mecanismo legal	Características
1890	O Decreto 119-A assinado pelo presidente Manoel Deodoro da Fonseca, proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa e consagra a plena liberdade de cultos.
1891	Começa a vigorar a primeira Constituição republicana que define a separação entre o Estado e quaisquer religiões ou cultos e estabelece que "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos". Também se proclama que todas as religiões são aceitas no Brasil e podem praticar sua crença e seu culto livre e abertamente.

Fonte: Stigar (apud CORDEIRO; PAIVA, 2013, p. 6).

A educação ganha contornos legais a partir de decretos leis e vigência da primeira constituição federal. A terceira fase vai de 1931 a 2008 em um período marcado pelo regime jurídico de Separação Atenuada Estado/Religiões, destacam os fatores de maior relevância em se tratando da proposta de ensino religioso na escola pública brasileira ²³:

- 1931/1934/1946: ocorre por meio de decreto e de modo facultativo a reintrodução do ensino religioso escola pública. A nova Constituição (1934) no art. 153 expressa que o ensino será facultativo e ministrado segundo os “princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsável constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

Em 1946, a Constituição vigente determina que o ensino religioso é tratado como “disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável”;

- Anos 60: o art. 97 da primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961 reinter o que diz as determinações da Constituição de 1946 e no § 1º expressa que “a

formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos” e no § 2º determina que “o registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva”.

Em 1967, a nova Constituição Federal diz que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”; em 1969 é promulgada a Emenda Constitucional nº 1/1969 que mantém a redação da Constituição de 1967.

- Anos de 1970: com a segunda LDB promulgada em 1971, o art. 7º determina a obrigatoriedade da inclusão as disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos do 1º e 2º graus, “observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. O § único diz que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”;

- Anos de 1980: somente em 1988 com a nova Constituição Federal o tema ensino religioso volta a ser discutido e no art. 210, § 1º expressa que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Previamente no art. 5 define ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. No art. 19 determina ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

- Nos anos de 1990: em 1996, com a mais nova LDB define o ensino religioso como sendo de matrícula facultativa, disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas;

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. Em 1997 passou a vigorar uma nova redação do artigo 33 da LDB/96 determinando ser o ensino religioso de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedada quaisquer formas de proselitismo. Expressa no § 1º que os sistemas “de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores”; e no § 2º que “os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”.

Na quarta fase, a partir de 2009 há dúvidas sobre ser o regime concordatário ou não quando é aprovado pelo Congresso Nacional 2009 o Acordo Brasil - Santa Sé, mais conhecido como Acordo do Vaticano que cria novo dispositivo que conflitante de discordante da LDB em vigor.

2.5.1 Acordo Brasil-Vaticano para o ensino religioso

No contexto da educação, as características do Ensino Religioso a partir da Lei 9475/97 passaram a ser: a disciplina é como parte integrante da formação do cidadão, sendo oferecida e ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; fim do Ensino Religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas; garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; veda

quaisquer formas de proselitismo; os sistemas regionais devem regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos professores.

Com essa alteração, Oliveira destaca que o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 02/98 estabeleceu que a disciplina “seja integrada na área do conhecimento, define os norteadores e estruturas de leitura e interpretação da realidade para garantir a participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos”¹.

Durante anos o ensino religioso foi discutido em diferentes esferas, com inúmeras interferências, principalmente por parte da Igreja Católica. Os objetivos das mudanças efetivas era encontrar um ponto de equilíbrio levando em conta a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira. Assim, um dos principais pontos de conflito no Acordo Brasil-Vaticano está no art. 11 que expressa:

Art. 11: A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.

Para estudiosos e pesquisadores, o Acordo Brasil-Vaticano privilegia a religião Católica e suas ramificações que tem como base o Cristianismo em se tratando do Ensino Religioso nas escolas públicas, pois no art. 3º reafirma a personalidade “jurídica da Igreja Católica e de todas as Instituições Eclesiásticas que possuem tal personalidade em conformidade com o direito canônico, desde que não contrarie o sistema constitucional e as leis brasileiras [...]”, ou seja, a Conferência Episcopal, Províncias Eclesiásticas, Arquidioceses, Dioceses, Prelazias Territoriais ou Pessoais, Vicariatos e Prefeituras Apostólicas, Administrações Apostólicas, Administrações Apostólicas Pessoais, Missões Sui Iuris, Ordinariado Militar e Ordinariados para os Fiéis de Outros Ritos, Paróquias, Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica⁵⁶.

⁵⁶BRASIL. Ministério das Relações Exteriores: **Acordo Brasil-Santa Sé**. 2009.

É importante enfatizar que a Igreja Católica é composta pelos seguintes grupos: Igreja Católica Brasileira e Igreja Católica Romana. No entendimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a assinatura do Acordo Brasil - Vaticano não privilegia a religião católica e em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo, o presidente da Comissão Episcopal Pastoral de Educação, Comunicação e Cultura e arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta afirmou: “a concessão de privilégios é uma mentira. Tudo o que está no acordo está na legislação brasileira. Se não agrada, então é preciso mudar a lei”⁵⁷.

Mentira ou verdade, privilégios ou não, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística atendendo solicitação da Organização Não Governamental Católicas pelo Direito de Decidir apontou desagrado e rejeição quando 75% dos católicos discordaram ou têm restrições a um acordo. Este quadro se torna mais agravante quando 82% dos cidadãos de outras denominações religiosas e ateus reprovam o acordo⁵⁸.

Há muitos pontos controversos no Acordo Brasil-Vaticano, mas a discussão declina para a análise jurídica, o que foge à proposta deste estudo. Mas também há questões ainda sem resposta sobre a formação do professor em relação à sua importância para a prática docente, um processo que necessita de capacitação e qualificação de maneira contínua para que seja possível agregar valor à educação e tornar a aprendizagem mais significativa.

Neste contexto, o professor de Ensino Religioso tem como a formação continuada que permite ampliar seus conhecimentos, aprimorar seu saber, adquirir novas informações, manter-se atualizado em relação aos conteúdos e sua prática docente.

2.5.2 A questão da formação do professor para a prática docente em Ensino Religioso

⁵⁷ JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Católicos têm restrições a acordo Brasil-Vaticano**. 2009.

⁵⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA (IBOPE). **Brasileiros repudiam acordo Brasil-Vaticano**. 2009. Disponível em <http://institutoparacleto.org/2009/10/29/pesquisa-sobre-o-acordo-brasil-e-vaticano/>>. Acesso em nov. 2014.

A educação é um processo de aprendizagem no qual o conhecimento é construído, avaliado e renovado a cada dia. Responsável pela condução do processo de ensino, o professor precisa criar meios e espaços pedagógicos atraentes para o aluno, sem deixar de lado um aspecto fundamental de sua profissão: ser reflexivo. A “a noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e ao mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores”⁵⁹.

O processo de formação do professor brasileiro é marcado por diversas turbulências, principalmente as políticas e influência estrangeira desde os primeiros anos da educação, um processo conduzido pelos padres jesuítas, em 1549, cuja base era os conteúdos religiosos, ou seja, transmissão oral da fé. Levando em conta a importância social, o papel e a influência do professor no processo de formação do cidadão, a sua formação profissional deve ser contínua e atender as necessidades e expectativas dos sujeitos de aprendizagem, da comunidade escolar e do próprio profissional⁶⁰.

Depois da influência da Igreja Católica e do *Ratio Studiorum* veio a Reforma Pombalina, uma proposta de educação leiga e centrada no progresso científico cujo objetivo era disseminar a cultura baseada na aprendizagem da leitura, da escrita, do cálculo e do conhecimento religioso. Anos depois, a formação do professor brasileiro foi marcada por interferências externas no período imperial, estabelecendo que para assumir suas cadeiras, os professores deveriam passar por exame público diante dos Presidentes em conselho que tinham a responsabilidade de apontar a capacidade e habilidade dos profissionais para, em seguida, serem legalmente nomeados⁶¹.

Após a II Guerra, tudo mudou com a chegada das escolas graduadas, ou seja, inserção das séries letivas e progressividade da aprendizagem é o “principal

⁵⁹ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos numa Escola Reflexiva**. 3. ed. São Paulo:Cortez. 2004.

⁶⁰HANSEN, J. A. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, D.G.; HILSDORF, M. L. S. (Orgs.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. SãoPaulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 31-41.

⁶¹VIEIRA, A.M.D.P.; GOMIDE, A.G.V. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. 2007. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf>. Acesso em jul.2014.

legado educacional que a fase inicial do longo século XX' nos deixou”⁶².

Nos anos de 1930, a formação de professores passa a ter como princípio a igualdade, liberdade, propriedade, individualidade e democracia. As novas bases da educação nacional são respaldadas pelos pressupostos legais e pedagógicos do Manifesto dos Pioneiros defendendo que a educação deve ser concebida como um problema “social e o método científico determina uma mudança de paradigma do trabalho pedagógico e da formação de professores e os interesses, aptidões e tendências do aluno são o foco do processo educativo”⁴⁰.

Com a chegada do Estado Novo, o processo de formação de professores passa por uma nova mudança, com a Constituição de 1937, no art. 15, Inciso IX definindo ser competência da União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”.

Com a inserção do termo infância e juventude no contexto educacional fica evidente mudanças nesse cenário com a introdução de educação primária, e secundária e superior, isto proporcionou aos professores a oportunidade de profissionalização para atender a demanda, assim ocorre a redefinição de todo o processo de formação. São mudanças significativas na formação do professor e “centralizou as diretrizes, embora consagrasse a descentralização administrativa do ensino, e fixou as normas para a implantação desse ramo do ensino em todo o território nacional”⁶³.

Embora a LDB de 1996 tenha previsto a formação continuada dos professores, o pressuposto ainda é de uma abordagem de valorização em conformidade com o contexto, beneficiando professor, aluno e a escola.

A formação do professor sempre é uma questão crítica para os órgãos governamentais responsáveis pela educação pública, pois é muito interessante que por mais que haja mudanças e ajustes no processo e na proposta educacional

⁶²SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

⁶³ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.p.163.

brasileira predomina a tendência de manter-se dentro do tradicional, embora levante a bandeira de inovadora ⁶⁴.

2.5.2.1 Formação docente em Ensino Religioso

Até o ano de 1970 a questão da formação específica de professores para o Ensino Religioso enquanto disciplina curricular escolar, facultativa ao aluno foi inexistente nas diferentes normas educativas no período que vai de 1934 aos anos de 1970, tempo este que a gestão esteve nas mãos da Igreja Católica ou das igrejas e, em algumas situações gerenciadas pelas secretarias estaduais e municipais de educação caracterizando a disciplina como sendo sem dono ou por lado, dependendo do contexto, com muitos donos. Nesta época o “Ensino Religioso estava diretamente ligado a duas áreas: a escola e a religiosidade, das religiões. Cada uma na verdade é uma constelação social” ⁶⁵.

Em síntese não havia e ainda não há formação específica para a docência em Ensino Religioso. O que o mercado educacional atual disponibiliza são cursos de graduação em teologia, ciência da religião entre outras opções, como por exemplo, mestrado para a contribuir com a proposta de educar partindo desta perspectiva. Nem a LDB/96 aborda de forma específica a formação de professores para o Ensino Religioso, para o exercício docente nesta disciplina vale o que determina o art.62 que expressa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Desta forma, “qualquer currículo de formação de professores deveria ter em conta quatro questões básicas e proporcionar oportunidades para colocá-las numa ampla variedade de situações educativas” ⁶⁶.

Na sociedade contemporânea a educação requer profissionais qualificados,

⁶⁴DINIZ, J.RE. **Formação de professores**: pesquisas, representações e poder. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Autêntica, 2007.

⁶⁵GRUEN, W.. **O Ensino Religioso na Escola**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. p.9.

⁶⁶GARCIA, C.M. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto Edictora, 2005, Cap. II. p. 75.

atualizados, informados para que possam acompanhar as mudanças educacionais, sociais e comportamentais dos alunos e, assim ser possível agregar valor à aprendizagem, à formação do sujeito e aos seus métodos e práticas de ensino⁶⁷.

O fato de ser professor já abrange virtudes mais exigentes do que apenas dar aula, é preciso acabar com a tática de encurtamento, abreviação, banalização porque formar é um fenômeno que acarreta certa plenitude. Formar cidadãos exige do “professor uma formação primorosa e a sua formação inicial merece destaque já que se constitui o pré-requisito legal para o exercício da profissão e o substrato sobre o qual é construída toda a sua carreira”⁶⁸.

As colocações acerca da importância e necessidade da formação inicial para a qualidade do ensino e da aprendizagem surgem questionamentos sociais e educacionais quanto ao ensino religioso: quem são os professores? No magistério público esta função existe? A formação de professores o exercício docente desta disciplina está incluída nas políticas públicas?^{45, 46}.

Com a nova redação da Lei n. 9475/97 para o art. 33 da LDB ficou determinado que os sistemas de ensino “regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação a admissão dos professores” em conformidade com os seguintes princípios:

– a oferta do ER, no ensino fundamental, é obrigatória para as escolas como parte integrante da formação básica do cidadão; o ER constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, embora de matrícula facultativa para o aluno; o ER deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo; os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Com esses princípios é possível vislumbrar uma formação do aluno baseada em uma aprendizagem significativa e construção de valores. Mudanças no ensino religioso podem ser observadas de forma mais enfática ao longo dos anos 1970 à década de 90 quando se identifica uma fase de emergência com relação ao Ensino Religioso, mas ainda assim não se verifica uma sistemática de políticas públicas

⁶⁷LIBÂNEO, 2005 em mai. 2014.

⁶⁸DEMO, 2002, p. 75.

para a formação de professores desta disciplina em função de haver curso de Licenciatura Plena com habilitação de docentes:

[...] entidades religiosas e educacionais confessionais buscaram atender a essa necessidade: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Conselho Evangélico Latino-Americano de Educação Cristã (CELADEC); Associação de Escolas Católicas do Brasil (AEC/Brasil) e a Associação Nacional de Escolas Luteranas (ANEL)⁶⁹.

Todo este esforço em colocar em prática a proposta do ensino religioso com uma nova roupagem e objetivos nos remete a pensar e afirmar que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender”⁷⁰.

Este processo de aprender ensinar e ensinar aprendendo evidencia a necessidade do professor pesquisar porque “pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”⁷¹.

2.6 O ENSINO E FENÔMENO RELIGIOSO: A RELAÇÃO COM O SABER PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO E APRENDIZAGEM DE VALORES

É preciso não só que entidades confessionais e educacionais atuem na formação de professores ao Ensino Religioso, e sim que os sistemas de ensino (estaduais e municipais) incluam nas políticas públicas de formação os professores do Ensino Religioso. Em se tratando da contribuição da religião na formação do ser humano, se a proposta do Ensino Religioso não é tornar o aluno (cidadão) teólogo, especialista, teórico ou pesquisador do tema qual a sua contribuição na formação do ser humano? Os “efeitos da religiosidade na cultura e no indivíduo apontam os que operam na filosofia da religião, nas áreas da psicologia, da sociologia e de outras ciências sociais”⁷².

⁶⁹CARON, L.. Políticas Públicas para a Formação de Professores para a Educação Básica. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; OLIVEIRA, Lílian Blanch (Org). **Ensino Religioso: memória e perspectivas**. Curitiba: Champgnat, 2005., p.12.

⁷⁰FREIRE, 2002, p.25.

⁷¹FREIRE, 2002, p.41.

⁷²PENNA, A G. **Em busca de Deus**: Introdução à filosofia da religião. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 1999, p.27.

Enquanto instituição social que deve promover a formação e informação dos alunos, a escola não deve e nem pode fugir desse papel e função e, nesse sentido, o Ensino Religioso faz parte deste processo. Muitas são as diferenças religiosas na sociedade e na família brasileira, isso faz com a criança passe por inúmeras experiências religiosas que interferem em sua formação e aprendizagem de valores. A educação da religiosidade não se reduz a religiosidade subjetiva, é também educação das expressões as quais se traduz a religiosidade da pessoa, ou seja, da educação da religiosidade objetiva. O compromisso da escola com o desenvolvimento pleno da pessoa engloba diferentes aspectos, desde os especificamente individuais a todos os relacionamentos sociais⁷³.

A formação moral do aluno é a base para a construção e aquisição de valores. Na prática pedagógica, o professor deve ter a capacidade de percepção de que cada criança constitui um indivíduo único, com potencial diferente para a aprendizagem, enquanto profissional deve desafiar a curiosidade e promover o desenvolvimento da criança. O desenvolvimento infantil na teoria de Piaget ocorre em diferentes estágios com características específicas que analisadas em conjunto se complementam e auxiliam a entender o comportamento da criança em duas frentes de pesquisa⁷⁴:

- desenvolvimento humano: envolve os seguintes estágios: sensório motor (de 0 a 2 anos), pré-operatório (de 2 a 6 anos), operatório-concreto (de 7 a 11 anos) e operacional-formal (a partir dos 12 anos);

- desenvolvimento moral: abrange a anomia (crianças até cinco anos); a heteronomia (crianças até nove, dez anos de idade); autonomia (último estágio do desenvolvimento).

Piaget destaca dois fatores importantes no desenvolvimento humano⁷⁵:

- fatores invariantes (ao nascer, o indivíduo recebe como herança uma série de estruturas biológicas - sensoriais e neurológicas - que permanecem constantes

⁷³RUEDELL, 2007.

⁷⁴LA TAILLE., Y. Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças. **Cadernos de Pesquisa**, 114, 2001.

⁷⁵LA TAILLE, 2001.

ao longo da sua vida);

- fatores variantes (representados pelo conceito de esquema que constitui a unidade básica de pensamento e ação estrutural do modelo piagetiano, sendo um elemento que se transforma no processo de interação com o meio, visando à adaptação do indivíduo ao real que o circunda).

2.6.1 Formação do aluno: construindo moral, adquirindo valores a partir do desenvolvimento humano e da prática do ensino religioso

Ao longo de seu processo de evolução e desenvolvimento humano e social, a criança adquirindo e construindo princípios e valores, que podem ser permanentes, aprimorados, modificados e/ou eliminados pela influência do ambiente ou não, o elo mediador desse processo é a família. Para obter resultados positivos é preciso que a família tenha acesso ao conhecimento de outras práticas educativas que proporcione “criar e manter um comportamento adequado e auxilie no desenvolvimento de habilidades sociais em seus filhos e mantenha uma dinâmica familiar, com responsividade, afeto e comprometimento”⁷⁶.

A criança passa a maior parte de sua vida no ambiente escolar para adquirir conhecimento, moldar a estrutura de sua formação, ou seja, constrói seus valores e princípios, contudo vale destacar que as pessoas são seres ímpares, o que significa que uma mesma regra positiva ou negativa não se aplica a todos. As mudanças que ocorrem causam o “questionamento de alguns princípios e o sentido atribuído às ações se relativiza, gerando incertezas sobre os valores que devem ser construídos no processo educativo”⁷⁷.

Na obra ‘O julgamento moral na criança’ há vasto estudo sobre o desenvolvimento moral envolvendo desde a heteronomia (quando o controle e o julgamento das ações estão no outro) à autonomia moral (condição em que o sujeito já internalizou as regras morais e age de acordo com ela) independente de um

⁷⁶MONDIN, E. M. C. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais da criança. In ZAMBERLAN, M.A.T. (Org) e BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina: EDUEL, 2ª ed, 2008.p. 71.

⁷⁷MONDIN, 2008.p. 78.

controle externo⁷⁸.

Em sua pesquisa sobre o desenvolvimento moral da criança o processo de construção ocorre na medida em que a criança “toma consciência de si e dos objetos que a circundam, enquanto o exercício constante de construção e estruturação da forma de pensar permite à criança a noção de valor [...]”, e inicialmente partindo dos jogos de regras que foram inicialmente a base de suas pesquisas acerca do desenvolvimento do juízo moral considerando que a evolução da consciência das regras se divide em três etapas e cada um dos elementos possui características próprias: heteronomia: existe o interesse em participar de atividades coletivas regradas que se manifesta de duas formas: as regras são criações de senhores ou deuses e qualquer modificação é trapaça; jogo é liberal e suas regras são modificadas ou desconsideradas; anomia: pode chegar até os seis anos de idade, o egocentrismo e o apego a objetos não deixam as crianças seguirem as regras coletivas; autonomia: consideração adulta de um jogo⁷⁹.

Na perspectiva da educação, na idade escolar, a criança expõe características específicas em seu desenvolvimento moral, uma delas é a responsabilidade objetiva, o julgamento moral se baseia nas consequências materiais da ação praticada, sem considerar as intenções de quem a praticou, mas é importante destacar que em suas pesquisas Piaget chamou de realismo “moral a tendência da criança em acreditar que os deveres existem em si, numa imposição obrigatória, independente das circunstâncias nas quais o indivíduo está inserido”, ou seja, o dever é essencialmente heterônomo e o bem se define exclusivamente pela obediência⁸⁰.

Para que a passagem da heteronomia à autonomia moral e Piaget deu ênfase à “necessidade de ações educativas adequadas e a inserção da criança num meio de iguais, onde ocorre a cooperação, a reciprocidade, mais do que a coerção e o respeito unilateral”⁸¹.

Ao longo de seu crescimento físico e intelectual, a criança se desenvolve

⁷⁸PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

⁷⁹PIAGET, 1977.

⁸⁰POOTKER, 1998, p.18.

⁸¹POOTKER, 1998, p.21.

moral e emocionalmente. Na explicação de Piaget em se tratando da moral, antes há a fase denominada pré-moral cuja característica é a anomia, egocentrismo, fase na qual para a criança não há regras, nem normas, a conduta é determinada pelas necessidades básicas, neste contexto⁸²:

[...] vê o quanto a ideia de autonomia, difundida nas escolas, vem sendo incorporada e praticada equivocadamente. Parece surgir uma grande confusão quando alguns fazem uma leitura dessa palavra apenas dentro de seu sentido etimológico (...) e interpretam com isso que o sujeito autônomo é quem faz o que acha certo, de acordo com suas próprias ideias. Parecem esquecer-se do sufixo *nomia* indicando a presença de regras que, para serem estabelecidas, necessitam de um acordo entre as partes envolvidas; necessitam, portanto, que o sujeito leve o outro em consideração.

O egocentrismo infantil chega até os quatro ou cinco anos de idade da criança. Mas, cabe à escola e ao professor, ao longo do processo educativo auxiliar a criança a sair de seu egocentrismo e inserir-se na heteronomia até alcançar sua autonomia moral e intelectual, levando em conta que esta é a meta da educação moral, assim “[...] este egocentrismo intelectual e moral relaciona-se com a dificuldade que a criança parece sentir em distinguir o ponto de vista próprio e o ponto de vista do outro”⁸³.

Ainda no processo de desenvolvimento da moral, saindo da fase da anomia, a criança caminha gradualmente para a fase da moral heterônoma em direção à fase autônoma e situando o desenvolvimento da moral na criança no âmbito da educação “professores que sentem prazer ao punir o aluno e em usar de sua autoridade para quebrar a vontade da criança, pretendendo, com isso, ensinar comportamentos morais”⁸⁴.

No atual contexto social, o universo infantil se caracteriza por efetivas marcas de imoralidade, agressão, violência, indisciplina dentro e fora do espaço escolar. A não existência de um código ou regras éticas e morais de abrangência universal, definindo e estabelecendo padrões de comportamento e postura leva a questionar, em alguns aspectos, a construção da moral da criança na escola, mas no universo

⁸²ARAÚJO, U.F.. O ambiente escolar e o desenvolvimento do juízo moral infantil. In: MACEDO, Lino de (org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, p. 104..

⁸³LOURENÇO, O. M. **Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações**. Coimbra: Almedina, 1992, p. 57.

⁸⁴PIAGET, 1977, P. 173.

infantil⁸⁵.

As crianças pequenas tendem a condenar os dois meninos, pois o ato de quebrar os copos implica uma desobediência às regras: elas entendem que os dois meninos devem ser punidos. Deve-se considerar no processo de construção da moral, as relações individuais que se apresentam de duas formas: coração (imposição da forma de pensar) e reciprocidade (cooperação, autonomia e construção da democracia).

Em se tratando do desenvolvimento moral no ambiente da educação pode-se explicar o comportamento imoral do aluno pela inexistência de parâmetros, referências morais e éticas na educação, lembrando que a aprendizagem dos “modos da cultura da qual a criança faz parte, normas, valores e princípios, é um processo que não se restringe à capacidade intelectual, mas exige a participação da emoção”⁸⁶.

Ao estudar o desenvolvimento da moral na criança Piaget utilizou um método “que apresentava dilemas morais às crianças para que elas julgassem: o primeiro dilema era um menino que quebrava dez copos sem querer; o segundo, de um menino que quebrava o copo em uma ação ilícita”⁸⁷, cabendo às crianças julgar quem era culpado e por quê. Não havendo ligação emocional com outras aprendizagens significativas, o processo se torna mais difícil, quase impossível.

Neste contexto, “quaisquer que sejam a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus”⁸⁸. Qualquer que seja o tema a ser pesquisado, provavelmente haverá um contraponto. No caso do desenvolvimento moral na criança, quando se assume a sua existência, torna-se mais evidente a existência de diferentes níveis de moralidade, alguns mais elevados que outros. A ausência de noções morais nas crianças é ponto de entendimento de que determinadas iniciativas de professores e pais não rompem as “relações autoritárias, pautadas, exclusivamente, na imposição de regras e normas não conduzem à autonomia, mas mantêm a criança na anomia, instaurando a pedagogia do vale tudo”⁸⁹.

⁸⁵ LA TAILLE, 2001, p. 91.

⁸⁶ BERGER, P. L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 173.

⁸⁷ LA TAILLE, 2001, p. 92.

⁸⁸ BERGER; LUCKMANN, 1994.

⁸⁹ ARAÚJO, 1996, p. 110.

Parece claro pelo que nos aponta o autor que a “moral” é definida socialmente e é uma necessidade para a convivência em grupo, o princípio moral equivale a uma matriz da qual são derivadas as regras, assim as regras indicam o caminho, o princípio e a direção, o autor resume então que a moral é um universo de regras, princípios e valores⁹⁰.

Mas não se pode contestar e/ou questionar que a transformação promovida pela globalização em todos os aspectos evidenciou os níveis elevados de exclusão, fator este que torna o investimento em educação para a cidadania uma prioridade não posta em prática politicamente haja vista que a religiosidade é um dos principais componentes da vida do cidadão. Portanto, o Ensino Religioso, assim como as demais disciplinas do currículo escolar tem a “responsabilidade de construir a nova cultura da solidariedade porque não há futuro para o Brasil inserido na forma de globalização econômico-financeira, excludente e destruidora da esperança”³⁴.

2.6.2 Direitos humanos e cidadania

Contextualizar os Direitos Humanos no Brasil significa escolher a opção histórico-político-social de leitura a respeito das lutas e movimentos sociais e na perspectiva do engajamento das forças sociais na construção de processos participativos de conquista dos direitos de cidadania. A partir da metade da década de 1960, mais especificamente de 1964, até meados da década de 1998, o Brasil conviveu com um longo processo de regime autoritário que implicou em uma ruptura do processo democrático. Os direitos civis e políticos foram cassados, a violência institucional se tornou visível no contexto político, forças de oposição foram inibidas⁹¹.

Nesta conjuntura, a prática dos órgãos de direitos humanos centralizou-se nas lutas de resistências coletivas em busca do resgate dos direitos civis e políticos cassados pelo regime militar e

[...] a luta pela anistia significou o reencontro de consciências morais em torno do tema da ética, da liberdade e da democracia. Várias foram as

⁹⁰ ARAÚJO, 1996.

⁹¹ HERKENHOFF, J. B. **História dos direitos humanos no Brasil**. In: Curso de Direitos Humanos. São Paulo. Editora Acadêmica, 1994. v. 1., p. 8. 58 op. cit., p.9.

forças sociais que engrossaram esse relevante movimento da história contemporânea brasileira. Posteriormente em 1987 o movimento pró-constituente exerceu um significativo papel para a conquista da cidadania, conquistando parcelas de poder na luta contra as forças conservadoras, em defesa da cidadania coletiva⁹².

Na década de 1980, a ascensão dos movimentos sociais teve a luta dos direitos humanos, com o processo de ascensão dos movimentos sociais teve como reforço as lutas em busca dos direitos civis e políticos perdidos e ampliou a luta pela conquista dos direitos econômicos e sociais, modelando a concepção e a prática em direitos humanos para a construção da cidadania individual e coletiva. A cidadania democrática pressupõe a igualdade diante da lei, a igualdade da participação política e a igualdade de condições socioeconômicas básicas, para garantir a dignidade humana. Democracia é, assim, entendida como o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos e se apresenta em dois tipos, ou seja, a ativa e a passiva⁹³.

A cidadania ativa é capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz, portanto de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua autoposição como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política. A cidadania ativa é aquela que opera para interferir no interior do Estado. Cidadania ativa é aquela que espera a garantia dos direitos sociais através do Estado. É do lado da cidadania passiva que se afirma mais e mais a ideia da justiça social como uma justiça que deve ser trazida através do Estado⁹⁴.

A cidadania deve ganhar o mundo e reproduzir-se em todos os lugares da comunidade e da sociedade. Nesse sentido, é importante destacar o conceito de democracia que na concepção Benevides:

[...] democracia, ao contrário do que nós pensamos, que a democracia é o regime da lei e da ordem, ela é o regime no qual o conflito é o seu coração. E esse conflito, ao expor-se, permite aos seus sujeitos se colocarem como

⁹²HERKENHOFF, 1994, p.9.

⁹³CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Cortez, 2006.

⁹⁴CHAUÍ, 2006.

sujeitos no espaço público, criaram os direitos e através desses criaram novas leis. E, portanto, através do movimento no interior do social se transforma o próprio Estado e se tem uma cidadania ativa que opera através da opinião pública, que não evita a luta de classes, mas trabalha com ela na produção de novos direitos⁹⁵.

É preciso abordar os elementos básicos da cidadania: o político (direito de participar do exercício do poder político como cidadão e eleitor); o social (direito dos cidadãos de desfrutar de uma base mínima de bem-estar, segurança, assegurando-se o acesso às instituições responsáveis por esses objetivos); o civil (direito que torna a liberdade individual, incluindo o direito a justiça, através do devido processo legal). Na relação e integração dos direitos humanos e a cidadania, a criação de organizações e estabelecimentos de defesa dos direitos humanos - centros, sociedades, associações, comissões e conselhos - em diversas sociedades e nações foi ocorrendo em cada contexto social conforme o nível de consciência e de luta em defesa da vida, da liberdade, da igualdade, da justiça e da solidariedade, constituindo assim, numa teia de órgãos guardiãs dos direitos da pessoa humana⁹⁶.

Enquanto atores sociais, esses órgãos de proteção e defesa estão articulados com o processo histórico das lutas sociais em cada conjuntura política específica, tomando formas e modos de articulações diferenciados. A cidadania contemporânea tem como desafios a enfrentar:

- Integração econômica e política (formação da União Europeia); A desagregação de comunidades políticas multinacionais (as antigas Iugoslávia, União Soviética, a Checoslováquia); A migração massiva, o fluxo dos que procuraram asilo, o desemprego massivo, fatos que privam milhões de pessoas de se sentirem integradas na sociedade civil⁹⁷.

A cidadania contemporânea está em processo de viragem: a mutação das leis; a alteração dos direitos e das responsabilidades; o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação e os acordos comerciais com estas relacionados estão a encorajar as pessoas a “pensarem à escala global”, em detrimento de cultivarem um sentimento identidade nacional. Em se tratando da esfera política, a liberdade e a cidadania são fortalecidas numa sociedade onde a participação em grupos

⁹⁵CHAUI, 2006, p. 35.

⁹⁶BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1992.

⁹⁷BOBBIO, 1992, p. 57.

informais, que envolvam atividade voluntária e em comunidade⁹⁸.

Os autores descritos em suas concepções enfatizam e destacam a relação direta dos direitos humanos com a cidadania e a democracia. Assim, neste contexto, é importante destacar a ação da Educação em Direitos Humanos no âmbito da educação.

2.6.3 Educação em direitos humanos

Em que consiste a Educação em Direitos Humanos? “Possibilidade de mudança, formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz”⁹⁹.

Todos esses elementos também estão presentes em documentos que buscam estabelecer meios e ações que garantam os direitos humanos, como por exemplo, a Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, assim como a Declaração dos Direitos da Criança. No universo da educação, os direitos humanos das crianças e adolescentes brasileiros estão assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas, outra visão da relação educação e direitos humanos aponta a educação como “o caminho para a mudança social que se deseja realizar dentro de um processo democrático. Por sua vez, a Educação em Direitos Humanos possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano”¹⁰⁰.

Em termos de Brasil, esses pressupostos foram direcionados para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que teve origem na construção coletiva que envolveu Estado, organizações internacionais, instituições de educação superior e sociedade civil organizada. Projetos e programas de

⁹⁸KLEIN, P.G. Educação entre tradição e transformação (Igreja Católica).In: STRECK, Danilo Romeu (Org.). Educação e Igreja no Brasil: um ensaio ecumênico. São Leopoldo: CELADEC: IEPG: 1999, p. 23;

⁹⁹BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos**: de que se trata? 2007, p. 3. Disponível em <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em abr. 2014.

¹⁰⁰TAVARES. C.. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Et all. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 48.

Educação em Direitos Humanos são executados, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), órgão vinculado à Presidência da República, Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça e Secretarias Especiais e a gerência e fiscalização das ações desenvolvidas é de competência de organismos públicos e privados voltados para esta temática. Mas, a Educação em Direitos Humanos também se define prática educativa cujo “fundamento está no reconhecimento, defesa, respeito e promoção dos direitos humanos, com objetivo de desenvolver nos indivíduos e nos povos suas capacidades como sujeitos de direitos e proporcionar as ferramentas efetivá-los”¹⁰¹.

Falar de direitos humanos e Educação em Direitos Humanos no Brasil é uma questão complicada, haja vista a diversidade cultural e a divisão efetiva da classe social. Mas, não deixa de ser um caminho que possibilita o resgate de direitos perdidos, a conquistas de outros e a garantia de que os existentes sejam ao menos respeitados. Assim, quando se relaciona direitos, valores e educação é possível identificar contribuições significativas a partir do ensino religioso em sala de aula no processo de formação e aprendizagem do aluno.

2.7 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO RELIGIOSO PARA A APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO DE VALORES

O ensino religioso pode contribuir didática e pedagogicamente para que os alunos tenham conhecimento, aprendam e desenvolvam valores éticos, sociais e morais. As contribuições do ensino religioso se tratando de uma educação pautada em valores humanos deve focar a sensibilidade para o coletivo e religioso; resgatar o sentido da vida e sua sacralidade; educar, cativar, moldar o caráter e mudar o destino de tendências; apresentar razões e motivos que estimulem o aluno a aderir a uma causa, uma confissão religiosa; formar para o discernimento; indicar alternativas e/ou voltar e retomar princípios já esquecidos e/ou desconsiderados nas relações estabelecidas; ensinar a humanidade tem a mesma origem que no prisma religioso significa ser congênito do mesmo Mistério Divino o que caracteriza a vivência e convivência em irmandade; formar cidadãos com capacidade e potencial de resistência às dinâmicas de desumanização, guerra, violência, preconceito,

¹⁰¹MAGENDZO, p. 23

intolerância¹⁰².

Há quem defenda que essa formação parte da filosofia da religião os efeitos da religiosidade na cultura e no indivíduo:

[...] tanto os apontam os que operam no estrito domínio da filosofia da religião como os que se situam nas áreas da psicologia, da sociologia e de outras ciências sociais. Não custa recordar o registro, em espaço anterior, da função integradora especialmente realçada pelos sociólogos, bem como, num plano estritamente ético, a célebre advertência de Dostoievski quando apontou para o fato de que “se Deus não existe, então tudo se torna permitido”, consequência terrível, dado que, se tudo é permitido, a convivência humana se tornará impossível¹⁰³.

Na perspectiva do Ensino Religioso ser uma disciplina escolar constitui uma ampla oportunidade ao longo e no final de sua formação do aluno sendo o meio pelo qual possam:

[...] **descobrir** respostas às perguntas que trazem em relação ao mistério divino que envolve a história da humanidade em um todo, ou seja, suas etapas e aspirações; **ter a compreensão** do sentido da vida humana a partir do sagrado e do transcendente; **reavivar** princípios e valores esquecidos ou relativizados; **identificar** o ideário de transformação e de felicidade humana, considerando ser o que as diferentes tradições religiosas buscam para seus fiéis e seguidores; **conhecer** e aprender a conviver fraternalmente com as diferenças em favor da paz no espaço escolar, familiar e social; **realizar** a transposição didática dos saberes inerentes ao fenômeno religioso; **atender** às prescrições da atual lei maior da educação nacional; **conhecer** com maior propriedade a diversidade de manifestações que configuram o fenômeno religioso¹⁰⁴.

As palavras bases para que fortalecem o ensino religioso e suas contribuições em relação aos valores são: descobrir, compreender, reavivar, identificar, conhecer, realizar e atender.

Considerando que o ensino religioso tenha seu foco nos valores humanos, na proposta escolar contribui para que os alunos tenham como base de sua formação escolar para a sociedade¹⁰⁵:

¹⁰²JUNQUEIRA, S.R.A. **História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso**. Curitiba: IBPEX, 2008.

¹⁰³PENNA, 1990, p.27.

¹⁰⁴GILZ, C.. **O livro didático na formação do professor de ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 2009, p.5.

¹⁰⁵FERNANDES, M. M. S. **Afinal, o que é o Ensino Religioso?** Sua identidade própria em contraste com a Catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

- ✓ Esperança e utopia, elementos que possibilitarão que busquem e construam uma sociedade justa, humana e solidária;
- ✓ Capacidade de dialogar com os diferentes num contexto de uma sociedade ao mesmo tempo plural, desigual e marcada pela diversidade em diferentes aspectos (social, econômico, cultural, racial, étnico, e principalmente religioso);
- ✓ Condições de buscar o Transcendente sem perder seu compromisso com a ética, com o ser humano, com a moral;
- ✓ Senso crítico e discernimento para ler o mundo à sua volta e distinguir o certo e o errado com base em valores religiosos e humanistas;
- ✓ Engajamento e militância nas causas que tenham como propósito enfrentar toda e qualquer forma de opressão, exploração, exclusão, dominação e discriminação.

Associar o ensino religioso à educação em valores humanos é defender que em se tratando de educação que é importante lembrar que os valores humanos em não é uma matéria adicional, mas um elemento que permeia todas as disciplinas por que¹⁰⁶.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que valores não se tornam uma matéria adicional do currículo escolar, como línguas, história, geografia, matemática, ciências, estágio ou Educação física. É desejável que toda a vida das crianças, tanto em casa como na escola, seja baseado nos valores. O professor deve entender que os valores permeiam a vida no lar, o trabalho curricular e cocurricular, e quaisquer atividades nas quais ele participe.

Os direitos humanos possuem como base a garantia da cidadania e se respaldam nas constituições para assegurar a proteção dos direitos do homem que, efetivamente, depende da paz e da democracia. Os valores que podem ser introduzidos pela proposta do ensino religioso ao processo de aprendizagem do aluno podem e devem ser levados para dentro das casas e fazendo a diferença na vida e na formação dos alunos.

¹⁰⁶SAI BABA, Sri Sathya. **Valores humanos em educação**. Disponível em <www.saibababrasil.com.br>. Acessado nov. 2014.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 METODOLOGIA

3.1 Delineamento do estudo

O desenvolvimento desta pesquisa adotou o estudo prospectivo cujo fundamento é a exploração estatística e tratamento de dados utilizando tabelas, gráficos, correlações e simulação de probabilidades, além de estimativas e avaliação quantitativa sobre as variáveis apresentadas.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de campo que “possibilita maior aprofundamento das questões propostas, estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação entre seus componentes”¹⁰⁷.

Nesta pesquisa foram utilizados dois questionários: um para os alunos, outro destinado aos professores. Do ponto de vista dos objetivos: é uma pesquisa descritiva que "delineia o que é, abordando quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente"¹⁰⁸.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva por discutir características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

A pesquisa apresenta um desenho estruturado, pois utilizou questionários como instrumento de coleta de informações garantindo que as mesmas perguntas fossem feitas da mesma forma aos alunos do Ensino Fundamental I (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries).

3.1.2. Sujeito, amostra e universo

Foram selecionados 153 alunos da 5ª à 8ª séries e cinco professores que

¹⁰⁷GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 48.

¹⁰⁸LAKATOS, E; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 19.

lecionam Ensino Religioso de uma escola do Ensino Fundamental, localizada no município de Serra, Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo.

3.1.3 Coleta de dados

Para coletar os dados foi aplicado aos alunos um questionário utilizando a escala Likert, composto de 10 questões fechadas, por um período de quatro dias (um dia para cada turma investigada).

Também foi aplicado aos professores um questionário com dez questões fechadas utilizando a mesma escala para obtenção de dados. Tais sujeitos foram escolhidos em função do nível de conhecimento do objeto de pesquisa descrito na introdução deste trabalho.

As principais características dos questionários são “serem compostos por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento, de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”¹⁰⁹.

3.1.4 Tratamento dos dados

Os dados foram tratados pela abordagem quantitativa que tem como característica:

[...] o emprego da quantificação tanto das modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas e possui a intenção de garantir a precisão dos resultados, classificando a relação entre as variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos¹¹⁰.

Junto aos alunos a proposta é identificar quanto a sua percepção em relação aos objetivos sociais do ensino religioso, sua importância para a educação, a proposta da Lei de Diretrizes de Base (interconfessional e sem proselitismo), formação docente em relação à esta proposta de ensino, procedimentos, métodos e técnicas de ensino utilizados são inseto de doutrinas religiosa, qual a contribuição para a valorização do ser humano, moral e ética, importância para a formação

¹⁰⁹GIL, 2002, p. 48.

¹¹⁰RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 70.

básica do aluno, se constitui um recurso pedagógico capaz de promover mudanças e despertar sentimentos, a participação da família para que os objetivos do Ensino Religioso sejam alcançados e se em sala de aula não ocorre, efetivamente, algum tipo de direcionamento a uma tendência religiosa.

Após fechamento das etapas foi feita avaliação dos dados teóricos e práticos, traçando um paralelo entre as duas de modo a construir uma produção textual dos dados obtidos. Fase “que envolve a teorização dos dados empíricos, dentro da perspectiva teórica adotada no início da pesquisa”¹¹¹.

3.2 O MUNICÍPIO DE SERRA E AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

O município de Serra possui 550 mil habitantes, clima tropical, com temperatura média anual de 22°C, com estação seca bem definida, apresenta maior desenvolvimento e crescimento no Estado do Espírito Santo, classificado como a quarta cidade em crescimento econômico de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma média de crescimento em torno 19% nos últimos oito anos, e representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB) capixaba¹¹².

O município de Serra é um dos que mais cresce no Estado e nos últimos os índices de desenvolvimento social e econômico são significativos, aspectos que refletem no aumento da população, que eleva a demanda escolar em função do número de cidadãos vindos de outros estados, especialmente do Sul da Bahia, interior de Minas Gerais em busca de trabalho, moradia e escola.

Dados do Censo Demográfico de 2010 coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apontou que em se tratando de educação, Serra atendia a 42.763 alunos matriculados no Ensino Fundamental distribuídos em 61 unidades escolares.

¹¹¹LOPES, M. I. V. **Pesquisa de Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 153.

¹¹²PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. **Serra em números**. Anuário de Dados Municipais - 4 ed. Serra, 2011.

3.2.1 Ensino Fundamental

A Lei nº 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação (PNE) implantou no sistema brasileiro de educação a partir de 2010 o Ensino Fundamental de nove anos incluindo crianças de seis anos de idade buscando oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória, considerando que seu ingresso mais cedo no sistema de ensino estimula e permite que essas crianças prossigam alcancem maiores níveis de escolaridade. Em síntese propôs a universalização do atendimento escola para alunos na faixa etária dos 7 a 14 anos.

As bases do Ensino Fundamental de nove anos são o planejamento e as diretrizes voltadas para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), em seu art. 23 estimula a criatividade e defende a flexibilidade da organização da educação básica e expressa que dentro da proposta do Ensino Fundamental:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

No caput do art. 32 expressa quais são os objetivos do Ensino Fundamental sentido da formação do cidadão:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A partir de 2010 o Ensino Fundamental passou a ter a seguinte configuração: Anos Iniciais (do 1º ao 5º ano) e Anos Finais (do 6º ao 9º ano).

3.2.2 Diagnóstico do Ensino Fundamental em Serra

A Secretaria Municipal de Educação de Serra, em 2008 apresentou uma análise da educação no município no Planejamento Estratégico – Agenda 21: Serra 2007-2007, já apontava a demanda por vagas em todos os níveis escolares. Em se tratando do Ensino Fundamental I (séries iniciais) oferecido pela rede municipal no período de 2002 a 2006 o número de matrículas se manteve ascendente, apresentando uma variação de 35,12%. Nas séries finais do ensino houve queda de 2002/2003, mas voltou a crescer e apresenta uma variação positiva de 50,10%. O documento Serra 2012-2032 mostra uma realidade diferente. Embora o atendimento a alunos do Ensino Fundamental tenha sido ampliado, o município fechou o ano de 2010 com um resultado abaixo do esperado, registrando 77,7% contra 80,2% em relação ao Estado¹¹³.

Em abril de 2013, o noticiário local de Vitória, divulgou que ‘40 famílias moradoras de Serra “recorreram ao Conselho Tutelar em busca de vagas no ensino público municipal, pois o município não disponibilizou vagas suficientes nas escolas públicas [...] A prefeitura reconheceu a falta de vagas e busca soluções para o problema”, apresentando como alternativa para o problema alugar espaços anexos às escolas existentes para tentar atender a demanda¹¹⁴.

Em 2010, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Ensino, o município de Serra investiu R\$3.809, 39 por aluno matriculado no Ensino Fundamental atendendo a 42.736 distribuídos em 61 unidades de ensino, uma média (apenas na teoria) de 28 alunos por sala de aula. No total geral, somando educação infantil e ensino fundamental de Serra, foram matriculados 59.820¹¹⁵.

¹¹³PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA, 2011.

¹¹⁴JORNAL A GAZETA. **Famílias buscam vagas em escolas públicas da Serra, ES**. Abril, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/04/familias-buscam-vagas-em-escolas-publicas-da-serra-es.html>>. Acessado em out. 2014.

¹¹⁵PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA, 2011.

Há limitações de alunos por sala de aula nas escolas de Serra, determinadas em documentos legais como mostra a Figura 4, mas as salas estão superlotadas para atender a demanda existente, acarretando inúmeras consequências.

Município	Média de alunos por turma - Educação infantil		Média de alunos por turma - Ensino fundamental 8 e 9 anos											
	Creche	Pré-escola	1º ano	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Total fundamental 8 e 9 anos
				2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	
Serra	16,6	18,8	24	23,2	25,6	26,4	29,2	31,9	30,9	31,4	31,8	25,8	31,5	28

Figura 4 – Média de alunos por sala de aula em Serra-ES

Fonte: Fonte: Anuário Municipal de Números - Serra (2011)

O número de 28 alunos por sala de aula não corresponde à realidade, pois em média é possível observar um total de 30 a 35 alunos. As projeções do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mostram a evolução da educação em Serra a partir de dados já comprovados e metas a serem alcançadas até 2021, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - IDEB observado e projeções para Serra-ES.

E. F	Serra	IDEB Observado			Projeções							
		2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais		3,8	4,3	4,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6,0
Anos Finais		3,7	3,4	3,3	3,7	3,8	4,1	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7

Fonte: Anuário Municipal de Números - Serra (2011)

A demanda por vagas em escolas públicas não é um problema apenas no município de Serra, é uma questão envolve todas as escolas e que se tonou um desafios para as secretarias de educação. O que se observa é a procura por vagas e em alguns casos a família recorre ao Conselho Tutelar para garantir o acesso de seus filhos à escola.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.3.1 Junto aos alunos

Foram pesquisados 153 alunos do Ensino Fundamental da 5ª à 8ª séries, de

uma escola da rede pública municipal de ensino, no mês de outubro de 2014. A proposta foi identificar quais religiões pertencem, o que preferem estudar nas alas de Ensino Religioso, a postura do professor, as expectativas em relação a proposta de ensino, o conhecimento sobre sagrado, se em casa junto com os pais conversam sobre o Ensino Religioso na escola, as contribuições do professor para a sua educação e formação e quais recursos o professor utiliza nas aulas de Ensino Religioso.

Os resultados obtidos junto aos alunos estão descritos na sequência de tabelas abaixo.

Tabela 5 – Religião a que pertencem?

Cristianismo	Evangélicos	Não sabem	Não responderam	Total
65,35%	26,14%	8,49%	0,02%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Os resultados alcançados mostra que entre os alunos predomina religiões ligadas ao Cristianismo que engloba três grupos específicos: Católico, Ortodoxo e Protestante, no entanto este estudo não buscou identificar em que grupo os alunos da escola pesquisa estão inseridos. Esses dados são consoantes com a literatura quando afirma que a religião, enquanto sistema cultural apresenta-se de várias “formas em uma mesma sociedade e enquanto houver o reconhecimento da diversidade dos indivíduos, grupos sociais e culturais e estabelecer a comunicação entre eles, essa sociedade será vigorosa”¹¹⁶.

Tabela 6 - O que você prefere aprender na aula de Ensino Religioso?

Respeito valor do ser humano	Tolerar as diferenças, aprender novos costumes	Solidariedade e responsabilidade	Resgate de valores humanos na escola	Amor, afetividade e sexualidade	Todas as opções	Não responderam	Total
26,14%	19,60%	9,80%	13,07%	23,52%	7,84%	0,03%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Este resultado, isto 26,14% mostra a preferência dos alunos quanto aos

¹¹⁶TOURAINÉ, 1999, p. 33.

conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula e os maiores percentuais apontam para o respeito e valorização do ser humano e para o resgate dos valores humanos na escola. Um resultado que reflete as contribuições do ensino religioso que tem como pauta os valores humanos e como objetivo reavivar princípios e valores esquecidos ou relativizados¹¹⁷.

Tabela 7 - O seu professor de Ensino Religioso?

Só fala sobre uma religião	Fala de meio ambiente	Ensina princípios religiosos, moral e éticos	Educa para a paz	Não responderam	Total
32,67%	-	52,28%	15,03%	0,02%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Os alunos preferem que os conteúdos do ensino religioso trabalhados em sala de aula sejam o respeito e valorização do ser humano e o resgate dos valores humanos na escola, a maioria dos professores 52,28% explora os princípios religiosos, morais e éticos em sua prática docente. Por outro lado, 32,67% só falam sobre religião o que é contrário à proposta da disciplina, pois o ensino religioso tem por objetivo a “resignificação de conceitos e caminhar para uma releitura enquanto componente curricular com base em seu significado pedagógico pautando-se na escola”¹¹⁸.

Tabela 8 - O Ensino Religioso na escola pode tornar você um ser humano melhor?

Sim	Não	Não sabe	Não responderam	Total
55,55%	26,14%	18,30%	0,01%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Este resultado mostra que para a maioria dos alunos pesquisados, ou seja, 55,55% o ensino religioso pode torná-los um ser humano melhor pois pode proporcionar ao aluno “compreender o sentido da vida humana a partir do sagrado e do transcendente [...]”¹¹⁹.

¹¹⁷JUNQUEIRA, 2008.

¹¹⁸TOURAINÉ, 1999, p. 35.

¹¹⁹Junqueira, 2008, p. 65.

O ser humano hoje, independente da idade, credo, etnia, cultura ou condição social esta perdendo características importantes que formam a vida humana e muitos buscam conquistá-las nos ensinamentos e doutrinas de suas religiões.

Tabela 9 - Sabe o que é sagrado?

Sim	Não	Não responderam	Total
65,35%	34,64%	0,01%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A maioria dos alunos, ou seja, 63,35% pesquisados sabe o que é sagrado em função de um conhecimento repassado pela família, originado de sua denominação religiosa.

O que esta pesquisa não identificou é como o aluno teve acesso esse conhecimento, mas as religiões se estruturam a partir da dinâmica entre sagrado e profano e oferecem “aos fiéis a possibilidade de experimentá-la como um caminho de vida na busca do sentido mais profundo da realidade e da possibilidade de salvação da precariedade da vida”¹²⁰.

Tabela 10 - Em sua casa, seus pais conversam sobre o Ensino Religioso na escola?

Sim	Não	Às vezes	Não responderam	Total
55,55%	13,07%	31,37%	0,01%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Este resultado mostra que na família de 55,55% dos alunos pesquisados os pais conversam sobre o ensino religioso na escola, mas a pesquisa não mostra qual o teor da conversação, pois os alunos não indicaram na pesquisa.

São muitas são as diferenças religiosas na sociedade e na família brasileira, isso faz com a criança passe por inúmeras experiências religiosas que interferem em sua formação e aprendizagem de valores.

A educação da religiosidade não se reduz a religiosidade subjetiva, é também educação das expressões as quais se traduz a religiosidade da pessoa. Ou seja,

¹²⁰ELÍADE, 1992, p. 20.

cada família trabalha com seus filhos a religiosidade na perspectiva de sua denominação ¹⁹.

Tabela 11 - Seu professor de Ensino Religioso contribui com sua educação e formação?

Sim	Não	Não sabe	Não responderam	Total
71,89%	19,60%	8,49%	0,02%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O professor é responsável pela formação do aluno em todos os aspectos, mas considerando a diversidade religiosa e que os conteúdos do ensino religioso não devem tender para nenhuma denominação, a função do professor poderia ser falha nesta proposta. Mas, 71,89% dos alunos afirmaram que seu professor de Ensino Religioso contribui com sua educação e formação.

Educação e religião são dois elementos essenciais na vida do ser humano e cada um possui objetivos específicos que podem ou não se complementarem no processo de formação do homem.

Tabela 12 - Para dar aulas de Ensino Religioso, seu professor usa?

Livro didático	Textos religiosos sagrados e	Livros de literatura infantil	Não responderam	Total
78,43%	19,60%	1,96%	0,01%	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

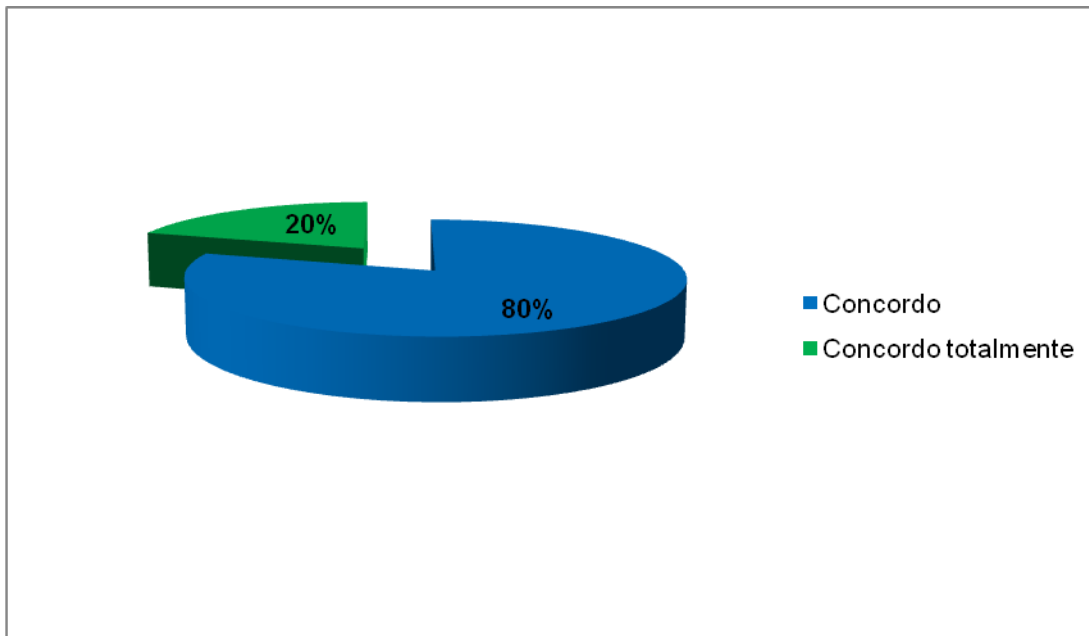
O professor pode recorrer a diferentes métodos para transmitir o conhecimento religioso aos alunos. Segundo 78,43% dos alunos pesquisados, o livro didático é a opção que prevalece entre os professores.

O resultado não difere da literatura que trata da temática e o ensino religioso pode contribuir didática e pedagogicamente para que os alunos tenham conhecimento, aprendam e desenvolvam valores éticos, sociais e morais, além de considerar o amplo processo “de reflexão de seus fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos, curricular expõe seu objeto de estudo, objetivos, eixos

organizadores e seu tratamento didático”¹²¹.

3.2.2 Junto aos professores

Foram pesquisados cinco professores de Ensino Religioso em turmas de alunos do Ensino Fundamental da 5ª à 8ª séries, de uma escola da rede pública municipal de ensino, no mês de outubro de 2014. Questionados se os objetivos sociais do Ensino Religioso são educar para a vida, construir a cidadania, reafirmar princípios éticos, morais e de justiça, 80% concordaram; 20% concordaram totalmente como indica o Gráfico 1.



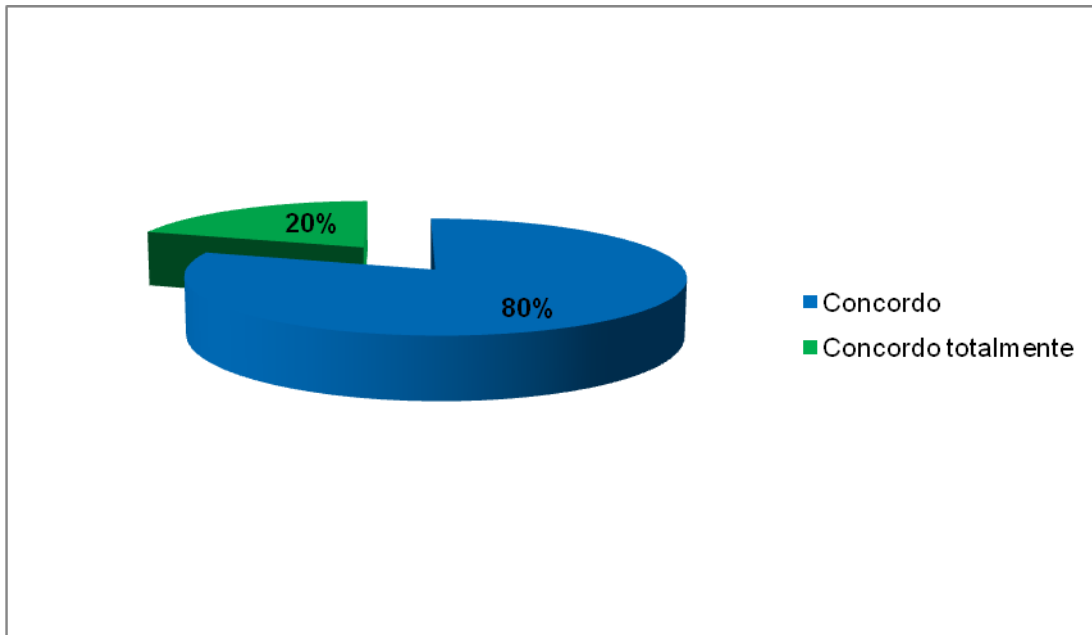
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

80% concorda que a proposta do ensino religioso é constituir a cidadania consoante com a literatura que disserta sobre o modelo vigente nas escolas públicas e tem a cidadania seu princípio básico. Os professores poderiam ter ido mais além e justificar suas respostas, mas se propuseram apenas a concordar ou concordar totalmente do questionamento.

Uma justificativa de suas respostas teria enriquecido mais a pesquisa e proporcionado uma visão melhor de como estes docentes trabalham o ensino religioso em sua prática docente cotidiana.

¹²¹JUNQUEIRA, 2008, p.67 .

Quanto o Ensino Religioso ser importante para a educação, 80% concordaram e 20% concordaram totalmente como indica o Gráfico 2.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Este resultado mostra que não há dúvidas quanto o ensino religioso ser importante para a educação.

Isto se comprova quando podemos observar que em seus diferentes parâmetros e formas tem como fundamento promover a formação e o desenvolvimento do cidadão e neste contexto, o Ensino Religioso se sustenta pregando que o indivíduo deve buscar em sua religião os caminhos que podem torná-lo a imagem do criador¹²².

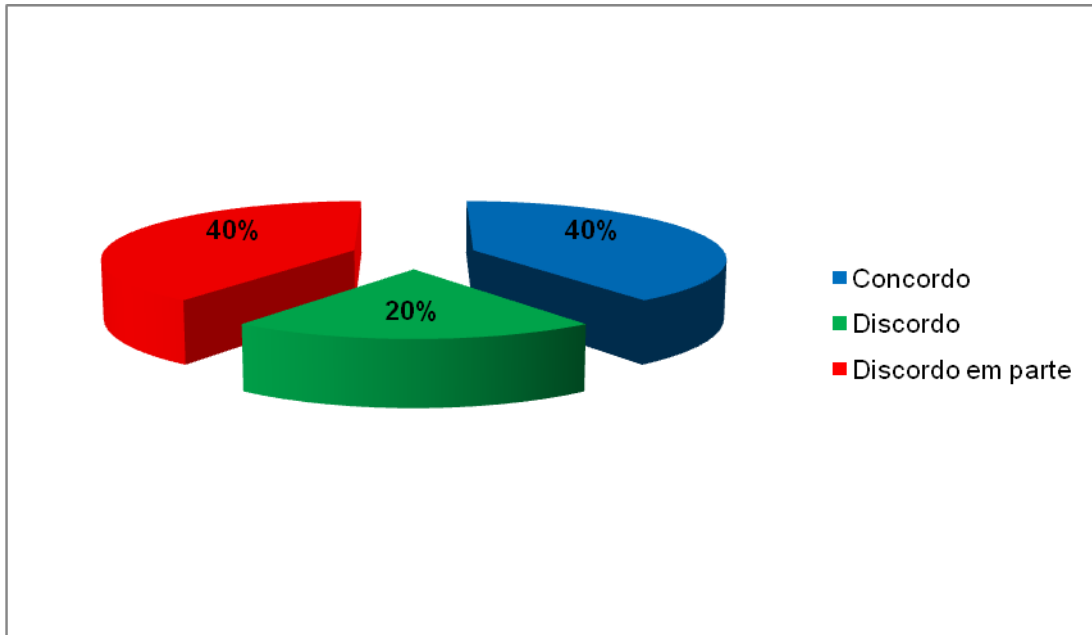
A religião pode se transformar, mas seu caráter ambivalente não a deixa desaparecer, pode-se prestar a objetivos opostos, dependendo de quem manipula os símbolos sagrados. A “relação entre educação e religião pode se estabelecer a partir da articulação desses dois conceitos e pode se desenvolver a partir de algumas metodologias alternativas”¹²³.

Entre os professores, 40% concordaram que o Ensino Religioso ocorre de acordo com a proposta da LDB, de forma interconfessional, sem proselitismo; 20%

¹²²SILVA, 2004.

¹²³RUEDELL, 2007, p. 45.

discordaram e 40% discordaram em parte como aponta o Gráfico 3.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Esse resultado reflete o que teóricos discutem acerca do ensino religioso nas escolas públicas em relação à diversidade de denominações presentes.

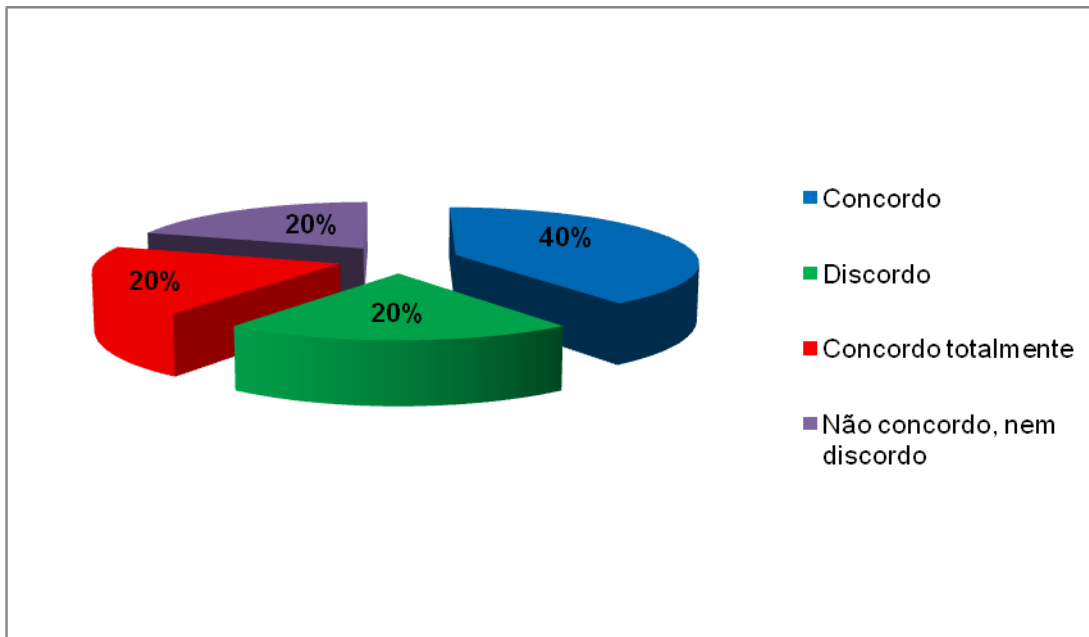
Não havendo uma maioria predominante entre os professores pesquisados, é importante destacar que a proposta de inserir o Ensino Religioso nas salas de aulas das escolas brasileiras traz à tona uma discussão antiga, polêmica, recorrente e carregada de preconceito, de resistência.

Discutir a religião no ambiente escolar, num primeiro momento, parece ser uma proposta impossível e com tendência a fracassar se levar em conta que deve haver neutralidade e imparcialidade na transmissão dos conteúdos¹²⁴.

Do universo de pesquisados, 40% concordaram que o professor de Ensino Religioso deve ter formação específica para ministrar os conteúdos em sala de aula, é possível ser imparcial como sugere a proposta. No entanto, 20% discordaram; 20% concordaram totalmente e 20% não concordaram e nem discordaram, como aponta os dados expressos no gráfico 4.

¹²⁴Cury, 2002.

Os resultados obtidos como aponta o gráfico 4?



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

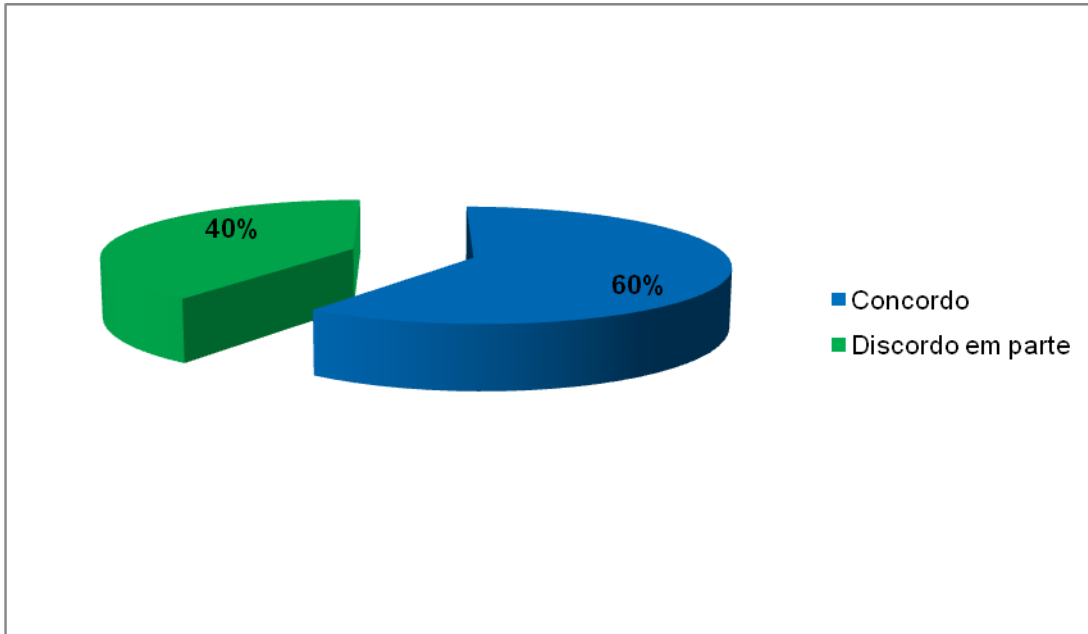
Este resultado recai sobre um tema importante: a formação de professores e a falta de formação inicial em ensino religioso e é consoante, pois mesmo com as mudanças na proposta educacional serem mais enfáticas ao longo dos anos 1970 à década de 90.

Interessante destacar que nos dias atuais ainda não se verifica uma sistemática de políticas públicas para a formação de professores desta disciplina em função de haver curso de Licenciatura Plena com habilitação de docentes¹²⁵.

Essa ausência de formação influencia na qualidade do ensino e da aprendizagem bem como na efetivação da proposta do ensino religioso sem tendências e com o objetivo de formar para a vida, para a cidadania.

Sobre os principais procedimentos pedagógicos para o Ensino Religioso serem os livros didáticos, textos, jornais, revistas, diálogo, filmes e se estes procedimentos são isentos da influencia de qualquer doutrina religiosa, 60% dos professores concordaram; 40% discordaram em parte como apontam os resultados obtidos e expressos no Gráfico 5.

¹²⁵SILVA, 2004.

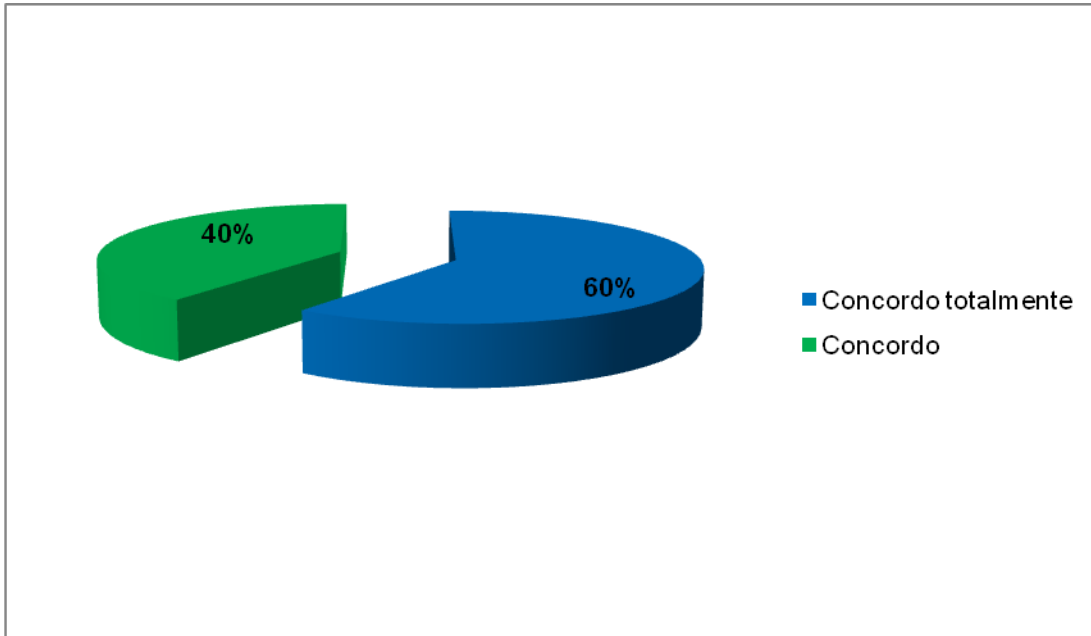


Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Embora pareça um ato quase impossível de ser prática, a maioria dos professores concorda que o ensino religioso ocorre de forma isenta e sem influencia das determinações religiosas.

Mas um fator é conflituoso neste contexto: o Acordo Brasil-Vaticano que segundo a literatura privilegia a religião Católica indo contra o que determina a LDB/96 em no art. 33, Inciso I determina que a proposta do ensino religioso é de caráter “confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas”.

Se o Ensino Religioso contribui para a valorização do ser humano e se é possível desenvolver valores humanos, morais e éticos sem se pautar em uma religião, 60% concordaram totalmente; 40% apenas concordaram como mostra o Gráfico 6.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

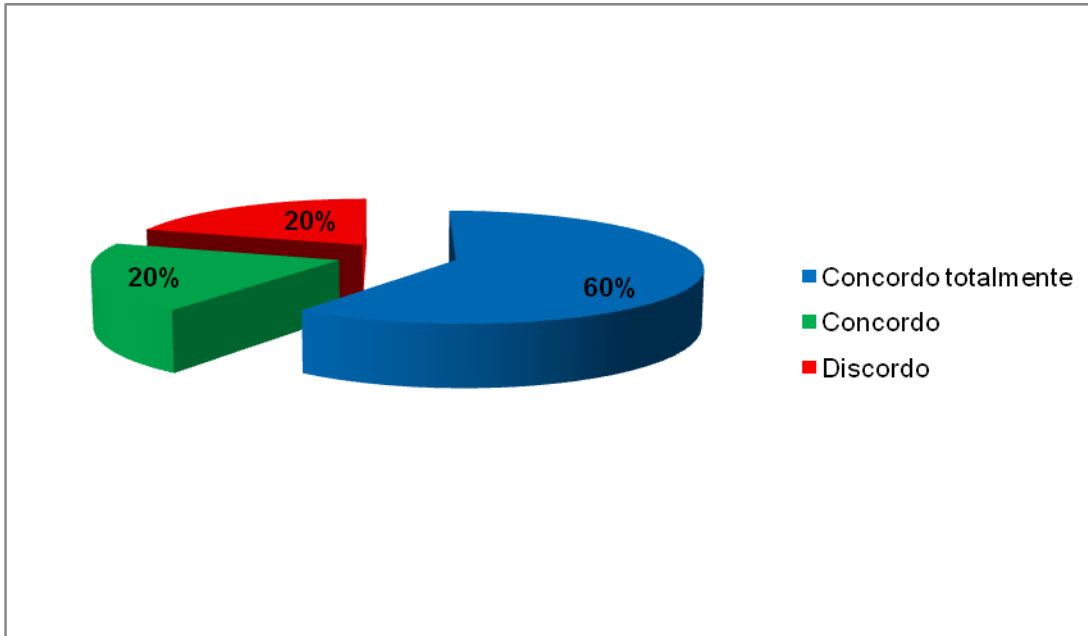
Sobre as contribuições do ensino religioso na valorização e desenvolvimento de valores na aprendizagem do aluno não há dúvida de ser um fator positivo porque associar o ensino religioso à educação em valores humanos é enfatizar que os valores humanos não é uma matéria adicional, mas um elemento que permeia todas as disciplinas¹²⁶.

Neste contexto, a falta de formação do professor não constitui o maior problema da proposta do ensino religioso, mas caracteriza ser um dos maiores desafios a vencer, pois não se pode esquecer que foram as entidades religiosas e educacionais confessionais que tomaram a iniciativa e buscaram suprir esta necessidade, ou seja, encontrar alternativas para contemplar a falta de formação¹²⁷.

Questionados se o Ensino Religioso é fundamental na formação básica do aluno, 60% dos professores concordaram totalmente; 20% concordaram; 20% discordaram como indica o Gráfico 7.

¹²⁶SAY BABA, 2010.

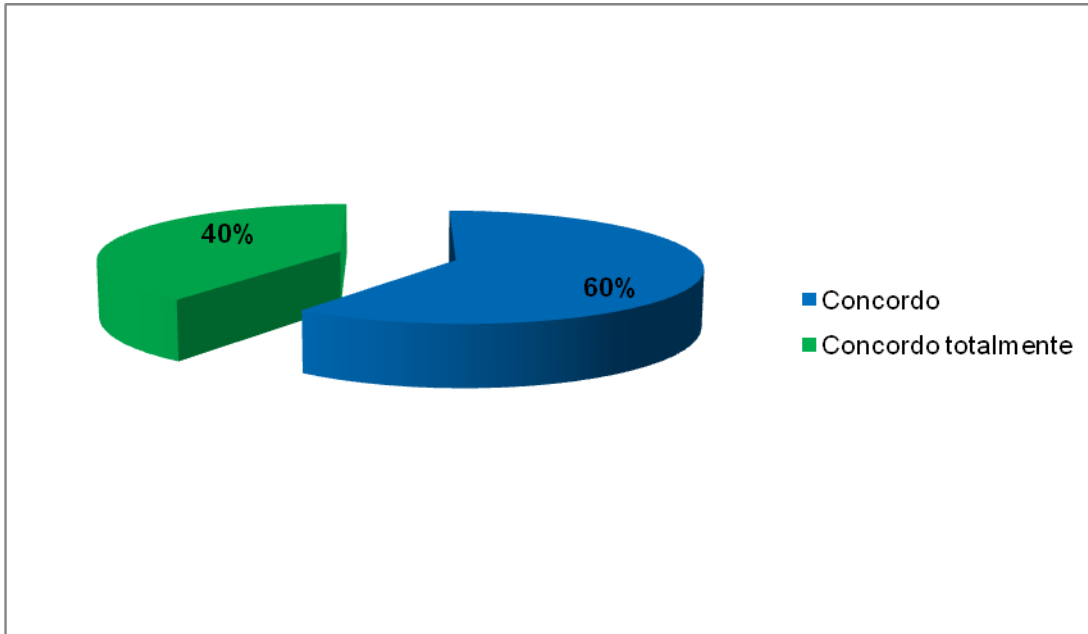
¹²⁷SILVA, 2004.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sim, o ensino religioso é fundamental na formação básica do aluno. Este resultado é consoante com a o que diz a nova redação da Lei n. 9475/97 para o art. 33 da LDB determinando a obrigatoriedade de oferta do ER, no ensino fundamental, que constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, embora de matrícula facultativa para o aluno; deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo; os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Quando perguntados sobre o Ensino Religioso, enquanto recurso pedagógico pode promover mudanças de caráter e despertar sentimentos de fraternidade, colaboração, solidariedade, entre outros, 60% concordaram e 40% concordaram totalmente, como mostra o Gráfico 8.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

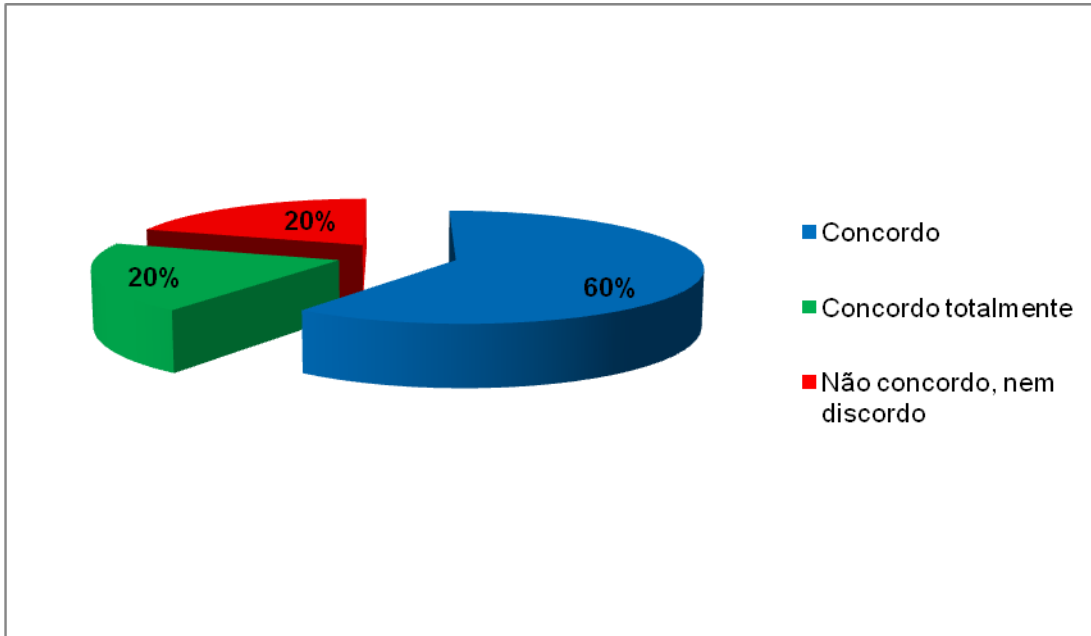
Este resultado não difere do que defende a literatura e a educação, em seus diferentes parâmetros e formas tem como responsabilidade promover a formação e o desenvolvimento do cidadão e o Ensino Religioso, sustenta a sua natureza de que para se realizar o indivíduo precisa de perfeição religiosa¹²⁸.

A proposta escolar do ensino religioso contribui para que os alunos tenham como base de sua formação escolar para a sociedade criando a esperança e utopia, elementos que possibilitarão que busquem e construam uma sociedade justa, humana e solidária¹²⁹.

Para que os objetivos do Ensino Religioso sejam aplicados de modo eficiente na formação básica do aluno é preciso fortalecer a relação escola e família. Acredita que a família, em sua opção religiosa, pode ser um desafio a mais nesse processo de formação 60% dos professores concordaram; 20% concordaram totalmente; 20% não concordaram, nem discordaram como aponta o Gráfico 9.

¹²⁸SILVA, 2004.

¹²⁹FERNANDES, 2000.



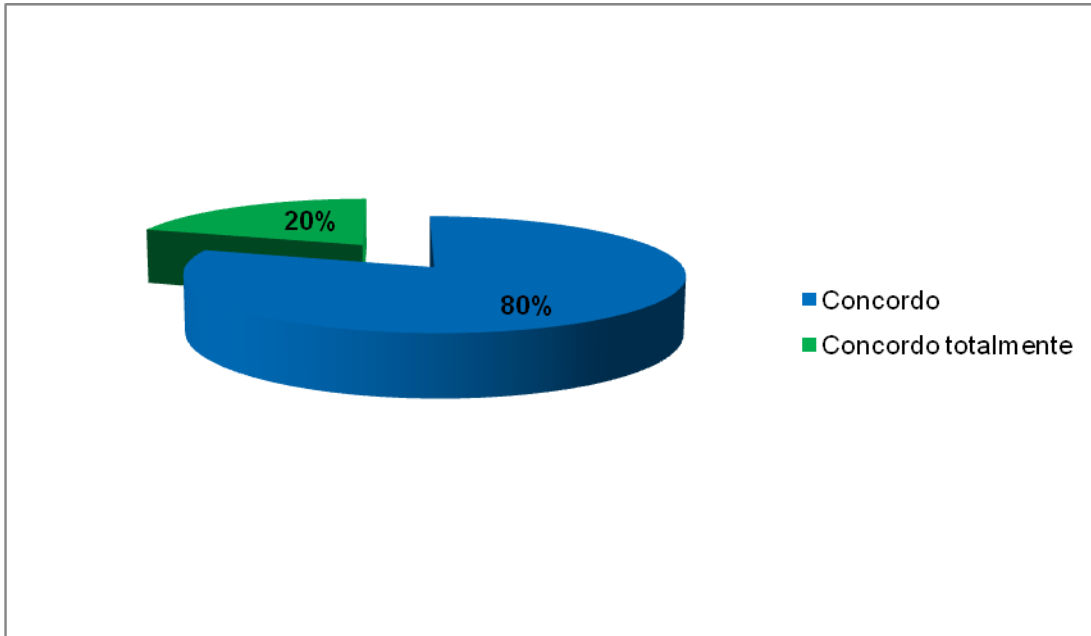
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A família é a base, o elemento central da formação do cidadão, pois é a instituição que inicia a sua educação e o insere no ambiente escolar. Mas se relacionar denominação (doutrina religiosa) e ensino religioso essa união pode se tornar um desafio para o sucesso da proposta de educar religiosamente a criança em sala de aula e isto está diretamente ligado à não interferência da família e sua denominação no processo de ensino do aluno.

A família deve sim, contribuir para que a imparcialidade religiosa predomine para assegurar que a educação está sendo pautada em valores que contribuem com a melhor formação do cidadão, pois inserir o Ensino Religioso nas salas de aulas das escolas parece ser uma proposta impossível e com tendência a fracassar se levar em conta ser necessária neutralidade e imparcialidade na transmissão dos conteúdos¹³⁰.

Sobre a proposta de Ensino Religioso na sala de aula não ser direcionada a nenhuma denominação religiosa e ser classificada uma proposta sem tendência religiosa, 80% dos professores concordaram; 20% concordaram totalmente como mostra o Gráfico 10.

¹³⁰CURY, 2004.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Este resultado pode ser classificado como o mais complexo e que condizente com a limitação descrita neste estudo de que o pesquisador responde de acordo e com conforme a realidade vivenciada.

Para iniciar, imparcialidade total é algo utópico, pois por mais que a busque há sempre indícios de sua presença e interferência. Não seria diferente em se tratando da proposta do ensino religioso, pelo contrário, por ser uma temática caracterizada pela diversidade em alguns contextos pelo radicalismo da denominação religiosa, por mais que haja comprometimento do professor, da instituição e dos órgãos e entidades oficiais envolvidas haverá deslizes, haverá privilégios. Basta lembrar que o Acordo Brasil-Vaticano é visto por brasileiros de todas as religiões, estudiosos e pesquisadores como um documento que privilegia a religião Católica quando o assunto é ensinar religião no ambiente escolar.

4 CONCLUSÃO

O Ensino Religioso constitui para os alunos uma oportunidade na formação da sua consciência crítica frente a sociedade e, também, uma contribuição para o enfrentamento dos desafios trazidos pela modernidade e da pós-modernidade.

As denominações religiosas, cada uma, têm suas doutrinas e elas são bastante diferentes, mas a ética tem o mesmo sentido e objetivo em qualquer área: educação, profissão, relações pessoais e religião. A função social e a competência da escola é formar cidadãos.

Assim como a ética, valores e outros princípios, a religião faz parte da vida do homem enquanto cidadão e para muitos, no contexto social, serve de disciplina e norma para sua conduta e comportamento. Contudo, nessa esfera, os grupos se reúnem de acordo com as suas necessidades, crenças e cultura.

O ambiente escolar agrupa em um mesmo espaço diferentes religiões, mas com a função de formar cidadãos sem descartar a importância da religiosidade e muito menos a diversidade existente. Daí o desafio em trabalhar a temática do Ensino Religioso na educação.

Compreender o Ensino Religioso no âmbito da educação, na rotina diária da sala de aula é um processo em desenvolvimento, no entanto reduzido a grupo de defensores em relação à abrangência do território nacional, e carente de formação e subsídios para os docentes.

Essa proposta não está distante de realidade escolar, mas se distancia das 'aulas de religião', referindo-se à educação da dimensão religiosa do ser humano e integrando-se às funções da escola, pois sua proposta coincide com os objetivos da educação: formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de desenvolver as suas habilidades e potencialidades.

Os resultados da pesquisa descritiva e bibliográfica mostram que o Ensino Religioso, no contexto da sala de aula, é importante para a formação básica do sujeito haja vista as características específicas de sua proposta: trabalhar pedagogicamente sem tender a nenhuma denominação, centrar na aprendizagem e

não na religiosidade.

Um objetivo que para a maioria dos professores necessita do apoio é a parceria da família, levando em conta que a formação do sujeito começa na família e deve ser complementada e aprimorada pela escola. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deste trabalho a partir do referencial teórico, estudo de caso e as interpretações apresentadas permitem três considerações importantes:

- reafirma a importância do Ensino Religioso e seus objetivos de caráter cultural, social e de formação do cidadão;

- o Ensino Religioso deve ser considerado uma boa proposta a partir do momento que a escola e o professor não deve defender a doutrina de uma ou de outra religião, mas se apegarem ao conteúdo e objetivos de formar cidadãos preparados espiritualmente para o mundo;

- escola e professor devem adotar a mesma linguagem para proporcionar ao aluno uma aprendizagem significativa através do Ensino Religioso.

A proposta do Ensino Religioso é assegurar a formação de valores ao cidadão devendo, portanto, ser concebido como atividade cientificamente neutra e ser interpretado como área de conhecimento, caracterizado, assim, a intencionalidade educativa.

Desta forma, este estudo espera contribuir com a pesquisa na área educacional e colaborar com o meio acadêmico, social e profissional disponibilizando mais informações sobre o tema, deixando espaços abertos para novas pesquisas e estudos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos numa Escola Reflexiva**. 3. ed. São Paulo:Cortez. 2004

ALVES, R. **O que é religião**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

ARAÚJO, U.F.. O ambiente escolar e o desenvolvimento do juízo moral infantil. In: MACEDO, Lino de (org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** 2007. Disponível em <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em abr. 2014.

BERGER, P. L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOFF, M.A.E.; CARDOSO, R.H.; SCHWANCK, T.M.; HENDLER, V.B. **Mapa conceitual do processo de ensino aprendizagem**. Rio Grande do Sul, 2009.

BOEING, A. Expressões culturais e religiosas: potencializando o diálogo. **Revista de Educação AEC. Educação e Religiosidade**. Ano 35, nº 138, janeiro/março, 2006. Brasília:AEC, 2006, p. 32-4.

BRASIL. **Lei nº. 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996, seção I.

_____. **Constituição Federal**, 1988.

_____. **Projeto Fortalecimento institucional das secretarias municipais de educação na formulação e implementação da política municipal de educação infantil**. Brasília, MEC, 2001.

_____. Ministério das Relações **Exteriores Acordo Brasil-Santa Sé**. 2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/pesquisa/conheca-a-integra-do-acordo-brasil-vaticano.html>>

CANÁRIO, R. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CARON, L.. Políticas Públicas para a Formação de Professores para a Educação Básica.In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; OLIVEIRA, Lílian Blanch (Org). **Ensino Religioso: memória e perspectivas**. Curitiba: Champgnat, 2005.

CASSEB, SA. Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**.

Disponível em < <http://www.wftl.org/pdf/038.pdf>>. Acesso em mar. 2014.

CORDEIRO, F.M.; PAIVA, L.; H.R.; A metodologia e a didática no ensino religioso das escolas públicas e colégios religiosos de Pernambuco em 1940. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**. v. 3 • n. 1 • dezembro/2013.

CURY, Munir; et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo, Cortez, 2006.

DELUMEAU, J.; MALCHIOR-BONET, S. **De religiões e de homens**. São Paulo, Loyola, 2000.

DINIZ, J.R.E. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Autêntica, 2007.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992.

FERNANDES, M. M. S. **Afinal, o que é o Ensino Religioso?** Sua identidade própria em contraste com a Catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

_____. **Ensino religioso capacitação para o novo milênio**. Cadernos 1 -12. Ano 2000.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 6 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2002.

GARCIA, C.M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto Edictora, 2005, Cap. II. pp.72-105.

GENTILI, P.A. Educação e as razões da esperança numa era de desencanto. In: III **Congresso Inaciano de Educação**, 3, Itaici, 2002.

GHIRALDELLI, P.J.R. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILZ, C.. **O livro didático na formação do professor de ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIUMBELLI, E. O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia social)–Museu

Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 237-252, jan./jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100011>.

GRUEN, W.. **O Ensino Religioso na Escola**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

HANSEN, J. A. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, D.G.; HILSDORF, M. L. S. (Orgs.). **Brasil 500 anos**: Tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 31-41

HERKENHOFF, J. B. **História dos direitos humanos no Brasil**. In: Curso de Direitos Humanos. São Paulo. Editora Acadêmica, 1994. vol 1.

HOLMES, M. J. T. **Ensino Religioso: problemas e desafios**. 2010. f. 187. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA (IBOPE). **Brasileiros repudiam acordo Brasil-Vaticano**. 2009. Disponível em <http://institutoparacleto.org/2009/10/29/pesquisa-sobre-o-acordo-brasil-e-vaticano/>>. Acesso em nov. 2014.

JUNQUEIRA, S. R. A. **História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso**. Curitiba: IBPEX, 2008.

JORNAL A GAZETA. **Famílias buscam vagas em escolas públicas da Serra, ES**. Abril, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/04/familias-buscam-vagas-em-escolas-publicas-da-serra-es.html>>.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Católicos têm restrições a acordo Brasil-Vaticano**. 2009.

LAKATOS, E; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

KLEIN, P.G. Educação entre tradição e transformação (Igreja Católica). In: STRECK, Danilo Romeu (Org.). Educação e Igreja no Brasil: um ensaio ecumênico. São Leopoldo: CELADEC: IEPG: 1999.

KUENZER, A. (Org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LA TAILLE., Y. Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças. **Cadernos de Pesquisa**, 114, 2001.

LOPES, A. C. **Currículo**: debates contemporâneos. (Orgs.). 2. ed. São Paulo : Cortez, 2012.

- LOPES, M. I. V. **Pesquisa de Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOURENÇO, O. M. **Psicologia do desenvolvimento moral**: teoria, dados e implicações. Coimbra: Almedina, 1992.
- MONDIN, E. M. C. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais da criança. In ZAMBERLAN, M.A.T. (Org) e BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina: EDUEL, 2ª ed, 2008.
- OLIVEIRA, J. F. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E.B.; OLIVEIRA, D.A. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autentica, 2009.
- OLIVEIRA, L. B. et al. **Ensino Religioso**: no Ensino Fundamental. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- POZZER, Adecir; *et al.* (Orgs.) **Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil**: memórias, propostas e desafios. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010, p. 83-101.
- PASSOS, J. D. **Como a religião se organiza**: tipos e processos. São Paulo: Paulinas, 2006. Cap. III.
- PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, E.M. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: **Revista de Estudos da Religião**. nº.2 - 2004. Disponível em < www.pucsp.br >. Acesso em mai. 2014.
- PASSOS, J. D. **Como a religião se organiza**: tipos e processos. São Paulo: Paulinas, 2006. Cap. III.
- PENNA, A G. **Em busca de Deus**: Introdução à filosofia da religião. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. **Serra em números**. Anuário de Dados Municipais - 4 ed. Serra, 2011.
- RIBEIRO, M.L.S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

QUEIROZ, J. J. O fenômeno religioso em tempos pós-modernos. In: **Revista Diálogo**, nº 25, Paulinas, março de 2002.

RUEDELL, P. Educação Religiosa: **fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, E. M. S. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: **Revista de Estudos da Religião**. Nº. 2 - 2004. Disponível em < ww.pucsp.br>. Acesso em 20 mai. 2014.

TAVARES. C.. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Et all. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TEDESCO, J. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo. Ática, 2002.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis; Vozes, 1999.

WACH, J. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

VIEIRA, A.M.D.P.; GOMIDE, A.G.V. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. 2007. Disponível em < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf>. Acesso em jul.2014.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO/ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

1. Qual a sua religião?

- Cristã
- Evangélica
- Não sabe

2. O que você prefere aprender na aula de Ensino Religioso

- Respeito, valorizar o ser humano
- Tolerância às diferenças, e aprendizado de novos costumes
- Solidariedade e responsabilidade
- Resgate de valores humanos na escola
- Amor, afetividade e sexualidade
- Todas as opções

3. O seu professor de Ensino Religioso?

- Só fala sobre uma religião
- Fala de meio ambiente
- Ensina princípios religiosos, moral e éticos
- Educa para a paz

4. O Ensino Religioso na escola pode tornar você um ser humano melhor?

- Sim
- Não
- Não sabe

5. Sabe o que é sagrado?

- Sim
- Não
- Não sabe

6. Em sua casa, seus pais conversam sobre o Ensino Religioso na escola?

- Sim
- Não
- Às vezes

7. Seu professor de Ensino Religioso contribui com sua educação formação?

- Sim
- Não
- Não sabe

8. Para dar aulas de Ensino Religioso, seu professor usa:

- livros didáticos
- textos religiosos e sagrados
- livros de literatura infantil

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO/PROFESSOR

1. Os objetivos sociais do Ensino Religioso são educar para a vida, construir a cidadania, reafirmar princípios éticos, morais e de justiça?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte
- Nem concordo, nem discordo

2. O Ensino Religioso é importante para a educação?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte
- Nem concordo, nem discordo

3. O Ensino Religioso ocorre de acordo com a proposta da LDB, ou seja, de forma interconfessional, sem proselitismo?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte
- Nem concordo, nem discordo

4. O professor de Ensino Religioso deve ter formação específica para ministrar os conteúdos em sala de aula, é possível ser imparcial como sugere a proposta?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte
- Nem concordo, nem discordo

5. Os principais procedimentos pedagógicos para o Ensino Religioso são os livros didáticos, textos, jornais, revistas, diálogo, filmes, etc. Esses procedimentos são isentos da influência de qualquer doutrina religiosa?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte
- Nem concordo, nem discordo

6. O Ensino Religioso contribui para a valorização do ser humano. É possível desenvolver valores humanos, morais e éticos sem se pautar em uma religião?

- Concordo
- Discordo
- Concordo totalmente
- Discordo em parte

) Nem concordo, nem discordo

7. Ensino Religioso é fundamental na formação básica do aluno?

) Concordo

) Discordo

) Concordo totalmente

) Discordo em parte

) Nem concordo, nem discordo

8. O Ensino Religioso, enquanto recurso pedagógico pode promover mudanças de caráter e despertar sentimentos de fraternidade, colaboração, solidariedade, entre outros?

) Concordo

) Discordo

) Concordo totalmente

) Discordo em parte

) Nem concordo, nem discordo

9. Para que os objetivos do Ensino Religioso sejam aplicados de modo eficiente na formação básica do aluno é preciso fortalecer a relação escola e família. Acredita que a família, em sua opção religiosa, pode ser um desafio a mais nesse processo de formação?

) Concordo

) Discordo

) Concordo totalmente

) Discordo em parte

) Nem concordo, nem discordo

10. A proposta de Ensino Religioso na sala de aula não é direcionada a nenhuma denominação religiosa. Pode ser classificada uma proposta sem tendência religiosa?

) Concordo

) Discordo

) Concordo totalmente

) Discordo em parte

) Nem concordo, nem discordo